



Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, conforme Edital n.º 013/2026, arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Maria do Carmo Pato Tiago (SET-V25), Fernando Miguel Catarino José (PS), António Carlos Almeida Cachaço (CH), Paulo Manuel Maia da Silva (SET-V25), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Edgar Alberto Cardim de Jesus (CH), Bruno Miguel de Almeida Russo (SET-V25) e Ana José Manita Vaz de Carvalho (PS).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 18/2026 – Proposta n.º 03/2026 – GAP – “Aquisição de Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Reparação de Viaturas, Máquinas e Equipamentos dos SMS” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
 - 2. Deliberação n.º 19/2026 – Proposta n.º 04/2026 – GAP – Orientações Estratégicas para a Revisão dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2026 – SMS - RETIRADA**
 - 3. Deliberação n.º 20/2026 – Proposta n.º 05/2026 – GAP – Orientações Estratégicas para a Revisão dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2026 (Deliberação n.º 01-2026) - SMS**
 - 4. Deliberação n.º 21/2026 – Proposta n.º 06/2026 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2026 (Deliberação n.º 02-2026) - SMS**
 - 5. Deliberação n.º 22/2026 – Proposta n.º 07/2026 – GAP – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2026 (Deliberação n.º 03-2026) - SMS**
 - 6. Deliberação n.º 23/2026 – Proposta n.º 08/2026 – GAP – Tarifário de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de**

- Resíduos Urbanos no Concelho de Setúbal para 2026 (Deliberação n.º 04-2026) – SMS**
7. **Deliberação n.º 24/2026 – Proposta n.º 09/2026 – GAP – Medidas extraordinárias de apoio às famílias no contexto escolar**
 8. **Deliberação n.º 25/2026 – Proposta n.º 10/2026 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de São Sebastião, Freguesia do Sado, União das Freguesias de Setúbal (2026) - RETIRADA**
 9. **Deliberação n.º 26/2026 – Proposta n.º 11/2026 – GAP – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho – 2026-2029 - RETIRADA**
 10. **Deliberação n.º 27/2026 – Proposta n.º 12/2026 – GAP – Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado (2026) - RETIRADA**
 11. **Deliberação n.º 28/2026 – Proposta n.º 13/2026 – GAP – Criação da Polícia Municipal de Setúbal**
 12. **Deliberação n.º 29/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DCDJ/DIDES – Protocolo de parceira quadrienal para a realização da Setúbal Custom Weekend – Edições de 2026, 2027, 2028 e 2029**
 13. **Deliberação n.º 30/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
 14. **Deliberação n.º 31/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DAF/DICOR/DICONT – Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano para 2026-2030; demonstrações financeiras e o quadro orçamental plurianual, integrados nas demonstrações previsionais**
 15. **Deliberação n.º 32/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DAF/DICONT/SERGEP/DCDJ – Resolução de Protocolo com o Grupo Desportivo da Fonte Nova e Cedência em Regime de Comodato da fração A do n.º 62 da Rua Paulino de Oliveira, em Setúbal, ao C.A.S.A. – Cento de Apoio ao Sem Abrigo**
 16. **Deliberação n.º 33/2026 – Proposta n.º 08/2026 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de Ónus Real, quanto ao Prédio sito no Bairro de Vale de Grou, na Azinhaga do Vale de Grou, Rua Vale de Grou, n.º 11 da Freguesia de S. Sebastião**
 17. **Deliberação n.º 34/2026 – Proposta n.º 09/2026 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 04/2026/DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do licenciamento Microsoft - Abertura**
 18. **Deliberação n.º 35/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DRH/DIGAT – Mapa de Pessoal 2026**
 19. **Deliberação n.º 36/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DOM – CPI 02/2026/DOM – Empreitada “Escola Secundária du Bocage” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público, com publicidade internacional - Aviso n.º 01/2025 – Programa Escolas – Modernização dos Estabelecimentos Públicos de Ensino dos 2.º e 3.º Ciclos e do Secundário**
 20. **Deliberação n.º 37/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DOM – CPREV 13/2024/DOM – Empreitada “BNAUT – Quebedo” - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo” - Nomeação da Equipa de Fiscalização, Coordenação em Matéria de Segurança e Saúde e Acompanhamento Ambiental**
 21. **Deliberação n.º 38/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas**

Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2025
22. Deliberação n.º 39/2026 – Proposta n.º 01/2026 – GAVCDU – Medidas de Apoio – Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Vereação Maria do Carmo Tiago (GAVMCT), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Presidente – Informou que tinha algumas informações a prestar. Referiu pretender partilhar a questão do bloco rochoso na Arrábida, salientando tratar-se de um assunto relevante para a cidade e para a região. Considerou a matéria particularmente relevante, uma vez que o troço da estrada entre a Praia da Figueirinha e a Praia de Galapos se encontra encerrado desde o início de fevereiro de 2023, quer à circulação de viaturas, quer a peões. Assinalou que já decorreram três anos, situação que tem prejudicado moradores, empresas e visitantes, agravando os constrangimentos, sobretudo em período de época balnear. Referiu ainda que o usufruto da Arrábida pelos setubalenses tem estado condicionado, tendo decorrido três verões com a estrada cortada, sem qualquer avanço do conhecimento público, concluindo pela existência de inércia na gestão deste problema. Acrescentou que, há alguns meses, no âmbito da campanha eleitoral, assumiu o compromisso de, a partir de outubro, após as eleições autárquicas, iniciar a resolução desta situação. Referiu ter tomado posse em 31 de outubro, salientando que este processo foi, desde então, considerado prioritário, em conformidade com o compromisso assumido.

Recordou, por fim, que havia sido amplamente divulgado pelo anterior executivo da Câmara um protocolo que nunca chegou a ser formalmente assinado, acrescentando que a própria Câmara deixou de responder ao Ministério do Ambiente sobre esta matéria, o que, no seu entendimento, evidencia o estado em que o processo se encontrava.

Referiu que foi estabelecido o necessário diálogo com o Ministério do Ambiente, com a Secil, com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, tendo sido promovida a concertação entre todas as partes e ultrapassadas perspectivas e opiniões divergentes.

Informou que foi definido como objetivo o avanço do processo antes do final do ano, o qual foi efetivamente cumprido, tendo o protocolo sido assinado por todas as partes antes do Natal. Acrescentou que, subseqüentemente, o estudo geológico e geotécnico foi adjudicado pela Secil.

Explicou que a primeira fase do processo consistia na realização do referido estudo, destinado a efetuar o diagnóstico da situação e a identificar possíveis soluções. Referiu que a segunda fase compreenderia a elaboração de um projeto de execução, a desenvolver em função das soluções que viessem a ser definidas pela equipa técnica.

Salientou tratar-se de um processo de elevada complexidade, que exige avaliações em diversas áreas da engenharia, nas quais existe um número reduzido de especialistas. Acrescentou que, sendo necessária ação, se impunha igualmente alguma paciência, superior à que tinha sido demonstrada até então.

Por fim, assumiu, em nome da Câmara Municipal, o compromisso de não permitir a interrupção do processo, como, no seu entendimento, havia ocorrido anteriormente, referindo que, ao longo de quase três anos, se verificou uma evolução muito limitada do mesmo.

Referiu, ainda, que outra informação que desejava prestar à Câmara respeitava à Unidade de Saúde Familiar da Beira-Mar. Informou que, em reunião da Comissão de Utentes desta unidade, realizada em 17 de novembro passado, foi alertada para o previsível encerramento da mesma a partir de janeiro do corrente ano.

Acrescentou que, poucos dias depois, reuniu com o Ministério da Saúde e com a administração da Unidade Local de Saúde da Arrábida, responsável pela gestão da rede de cuidados de saúde primários, tendo manifestado elevada preocupação com o risco de encerramento, o qual deixaria cerca de cinco mil utentes sem acesso a médico. Referiu que foi possível contar com o empenho do Ministério e da referida Unidade Local de Saúde no sentido de garantir a afetação de médicos e assegurar a manutenção da unidade em funcionamento.

Salientou que, há vários anos, o Serviço Nacional de Saúde atravessa dificuldades, não obstante se tratar de um serviço público essencial para a população. Indicou que, no caso em apreço, a situação foi ultrapassada, tendo saudado os esforços desenvolvidos pela Unidade Local de Saúde da Arrábida na manutenção da Unidade de Saúde Familiar em funcionamento, considerando igualmente relevante o contributo da Câmara Municipal e da Comissão de Utentes.

Acrescentou, por fim, que o Centro de Saúde de Azeitão se encontra subaproveitado devido à insuficiência de recursos humanos, referindo ainda que se encontra em construção o Centro de Saúde da Bela Vista, subsistindo, contudo, preocupação quanto à capacidade de afetação de médicos e enfermeiros necessários ao seu funcionamento.

Referiu, ainda, que participaram, dois dias antes, na FITUR – Feira Internacional de Turismo, deslocando-se ao evento com o Vereador Bruno Russo. Informou que, no que respeita à presença de municípios, Setúbal e apenas mais um outro se encontravam representados nessa qualidade, estando presentes, maioritariamente, sete Comunidades Intermunicipais.

Salientou que Setúbal tem vindo a afirmar-se como um dos municípios mais visitados da feira, referindo que a participação se iniciou há cerca de 11 anos com um espaço de 20 m², dispondo atualmente de um stand com 60 m², já considerado de referência.

Aproveitou para expressar o seu agradecimento e felicitar os técnicos, bem como as equipas de turismo e de comunicação, destacando a criatividade demonstrada ao longo dos anos na promoção do município, contribuindo para a sua visibilidade e projeção. Referiu que o stand

foi visitado por membros do Governo, diplomatas e mais de 300 mil visitantes, considerando este facto de elevada relevância.

Informou, igualmente, que concedeu entrevistas a 28 jornalistas da área do turismo, participou num podcast e prestou ainda declarações a outro órgão de comunicação social não incluído no referido conjunto, concluindo que se tratou de uma participação extremamente importante e proveitosa.

Sr. Vereador Bruno Russo – Informou que tinha a prestar esclarecimentos relativos a uma intervenção de escoramento realizada no dia 6 de janeiro, nos armazéns do PUA – Parque Urbano de Albarquel.

Referiu que os referidos armazéns correspondem a antigas oficinas que, no âmbito do Programa POLIS, foram entregues à Câmara Municipal de Setúbal, tendo sido posteriormente destinados ao apoio de atividades náuticas. Indicou que o espaço vinha sendo utilizado pelo Náutico Clube de Canoagem de Setúbal, pelo Desporto Escolar e pelo Remo Lusitano, entidades localizadas nas imediações do Parque Urbano de Albarquel.

Acrescentou que, em resultado das condições meteorológicas adversas verificadas ao longo do corrente ano e de um processo de degradação progressiva, ocorreu uma cedência da estrutura, o que motivou a intervenção da Proteção Civil e dos Bombeiros. Informou que foi efetuada uma intervenção de escoramento, com vista à estabilização da estrutura e da cobertura.

Contudo, referiu ter sido comunicado que o espaço não reúne condições de utilização, tendo sido apenas asseguradas, do ponto de vista operacional, condições temporárias de segurança estrutural. Nessa medida, o armazém deverá ser utilizado exclusivamente para a remoção do material existente, prevendo-se, posteriormente, a sua demolição.

Informou ainda que a Câmara Municipal de Setúbal já solicitou orçamentos para a demolição do armazém, tendo igualmente contactado as entidades utilizadoras para procederem à retirada dos respetivos equipamentos. Acrescentou que foram encontradas soluções temporárias de forma a garantir a continuidade das atividades desenvolvidas.

Por fim, referiu que, paralelamente, a Câmara Municipal de Setúbal já promoveu a realização de um estudo com vista à construção de um Centro Náutico para o local, o qual se encontra já disponível.

Sra. Vice-Presidente – Informou que, no dia anterior, participou na primeira reunião ordinária do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa, em representação da Senhora Presidente, que se encontrava no estrangeiro. Referiu que, entre os vários eixos aprovados, um se revelou particularmente relevante, salientando que, sem prejuízo de, posteriormente, com a receção da ata, poderem ser abordados os demais temas, aquele eixo se destacava pela especial importância: o da habitação.

No âmbito deste eixo, comunicou que foi aprovada, por unanimidade de todos os presidentes, vice-presidentes e vereadores presentes, a necessidade urgente de transmitir ao Governo a proposta de criação de uma linha de crédito destinada a habitação a custos controlados e rendas acessíveis, vocacionada para jovens e para profissionais que enfrentam dificuldades significativas em encontrar habitação nos locais onde exercem a sua atividade.

Sublinhou que o direito à habitação se encontra consagrado constitucionalmente e que a referida medida não se confunde com as obras e financiamentos do PRR, atualmente direcionados sobretudo para habitação social e de renda condicionada. Esclareceu que se trata de habitação a custos controlados, com valores e rendas acessíveis.

Referiu ainda que os beneficiários previstos seriam, sobretudo, jovens, mas também pessoas que anteriormente tinham acesso a casas de função ou a habitação promovida por cooperativas, soluções que, segundo indicou, seria conveniente reprimar. Esta linha orientadora fundamentou a decisão tomada no Conselho.

Acrescentou, por fim, que, relativamente aos 145 fogos de custos controlados, cuja inscrição estava a decorrer para posterior envio da lista ao promotor, foram registadas 502

candidaturas entre os dias 10 e 18 de dezembro. Até ao encerramento das inscrições, a 30 de dezembro, contabilizaram-se cerca de 1.200 inscrições.

Referiu que mencionou “cerca de 1.200” inscrições porque o gabinete tem vindo a trabalhar quase em exclusividade neste processo, sendo necessário preencher cuidadosamente as listagens a fornecer, conforme previsto na deliberação, e verificar todos os elementos, de modo a não subsistirem dúvidas e garantir a aplicação correta dos critérios de ordem de entrada.

Concluiu que estes números evidenciam claramente a elevada necessidade existente em Setúbal e em toda a Área Metropolitana de Lisboa deste tipo de construções, acrescentando que a Câmara fará todos os esforços para desenvolver e apoiar este modelo de habitação.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, relativamente ao protocolo que foi assinado, teve oportunidade de apresentar, no final de uma reunião de Câmara, à Senhora Presidente, vários e-mails relativos à tentativa de assinatura do mesmo.

Explicou que, no mandato anterior, a CDU tinha realizado a parte mais difícil do processo: quando a situação ocorreu, nenhuma das entidades — incluindo secretarias de Estado e a Secil — quis assumir responsabilidades. Foi necessário reunir todas essas entidades, definir as responsabilidades de cada uma e assegurar o cumprimento das mesmas, o que constituiu a etapa mais complexa do processo.

Acrescentou que, posteriormente, foi comunicado à Senhora Presidente que não tinham recebido o protocolo, informação que considerou falsa, uma vez que existiam diversos e-mails de envio e de solicitação de assinatura, incluindo mensagens trocadas com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado, solicitando a concretização do processo. Não se sabe a razão pela qual o protocolo não foi assinado, mas ficou claro que qualquer inércia anterior não se deveu à CDU.

Destacou que o executivo anterior realizou todos os esforços necessários, tratando de todas as diligências e enviando o protocolo, que, mesmo assim, não foi assinado. Considerou, assim, positivo que a situação tenha avançado, reiterando que qualquer atraso ou inércia anterior não foi imputável à CDU.

Referiu que tinha outras questões a colocar. A primeira dizia respeito ao Clube Cultural Desportivo e Recreativo das Curvas e ao Grupo Motard Xupa Kabras, entidades que apresentaram uma recomendação à Câmara Municipal, posteriormente aprovada também na Assembleia Municipal. Perguntou se já existiam desenvolvimentos relativos a esta matéria, se a Câmara já havia contactado o Clube e se tinham sido envidados esforços para encontrar alguma solução, questionando quais os progressos efetuados para assegurar a continuidade da atividade das duas associações.

Por fim, colocou uma questão relativa à Praceta Carlos da Costa Frescata, que tem enfrentado sérios problemas de iluminação, estando vários dias sem luz. Questionou se o problema já havia sido resolvido ou se existia perspetiva de resolução, e se a Câmara tinha conhecimento da situação.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que tinha duas questões a colocar.

A primeira dizia respeito a uma denúncia recebida por moradores da Rua Padre Américo Faria, na zona do Faralhão. Informou que, nesta rua, as valas de escoamento das águas pluviais estavam obstruídas devido a aterros indevidos efetuados por um dos moradores e à deposição de lixo. Tratava-se de um problema antigo, tendo sido recebida uma denúncia semelhante em março do ano anterior. Questionou, considerando que a denúncia tinha chegado tanto aos vereadores como aos serviços do município, quais as medidas que tinham sido tomadas para resolver a situação.

A segunda questão relacionava-se com a intervenção do Senhor Vereador Bruno Russo, relativa ao espaço onde eram guardados os equipamentos do Clube de Canoagem. Referiu que conheciam bem o local, que se encontrava significativamente degradado, situação que não era recente. Recordou que, na sequência da Tempestade Martinho, alguns meses antes, já tinham visitado o espaço e denunciado a situação, nomeadamente a falta de telhas, a

precariedade das vigas de madeira escoradas e a ausência de condições mínimas de segurança.

Registaram com agrado a existência de um estudo para a construção de um novo Centro Náutico, solicitando, contudo, que o referido estudo lhes fosse facultado. Questionaram ainda qual a previsão para o início da construção do Centro Náutico.

Acrescentaram que, futuramente, iriam analisar o orçamento, mas adiantaram que, nas Grandes Opções do Plano, correspondente ao Plano Plurianual de Investimentos, não constava qualquer rubrica destinada ao Centro Náutico. Concluíram, portanto, que não lhes parecia existir previsão de início de qualquer intervenção para aquele equipamento, pelo menos até 2030, uma vez que não havia qualquer rubrica aberta nesse horizonte temporal.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que os vereadores do Partido Socialista foram contactados por uma munícipe residente em Azeitão, na Rua dos Leques, presumindo que os serviços municipais também teriam sido informados.

Explicou que, em 2022, foi identificado junto dos serviços municipais o desenvolvimento radicular de uma árvore que estava a danificar o passeio público e a propriedade da munícipe. Na altura, foi proposto o abate da árvore, o rebaixamento do cepo, a anulação da caldeira e a repavimentação do pavimento.

Informou que a árvore foi cortada, mas que as raízes não foram removidas de forma adequada, o que resultou no seu crescimento novamente. Salientou que o passeio público não foi repavimentado e que o muro continuou danificado, apesar de já ter sido afetado várias vezes. Acrescentou que o portão de acesso de viaturas da residência da munícipe se encontra inutilizado devido ao desnível provocado pela destruição do muro, inviabilizando o seu uso normal.

Referiu, ainda, que, segundo a munícipe, apesar da situação remontar a 2022, o problema permanece sem resolução, com várias ocorrências abertas e contactos efetuados junto dos serviços municipais. Informou que a última ocorrência foi registada em julho de 2025.

Acrescentou que a munícipe aguarda uma intervenção que proceda à remoção completa das raízes, à repavimentação e reparação do passeio, bem como à reparação do muro, incluindo o esclarecimento sobre a responsabilidade pelos danos causados, situação que se arrasta há tempo excessivo.

Sra. Presidente – Referiu que, relativamente ao terreno que se encontrava em processo judicial, a matéria relativa ao Clube Cultural Desportivo e Recreativo das Curvas estava a ser acompanhada pela Senhora Vereadora Maria do Carmo.

Sra. Vice-Presidente – Referiu que a situação estava a ser tratada diretamente entre o advogado do proprietário, que venceu a ação judicial, e o serviço de Desporto da Câmara, com o objetivo de encontrar uma alternativa para o clube.

Explicou que o clube se encontrava instalado num terreno privado e que o proprietário, não sendo obrigado a solicitar autorização à Câmara, recorreu judicialmente e ganhou a ação, dado que o terreno lhe pertencia legalmente.

Salientou que se colocava, neste momento, a questão da localização futura do clube. Informou que encaminhou a situação para o serviço de Desporto, que, em colaboração com o advogado do proprietário, procurava encontrar uma solução. Acrescentou que, naquela altura, não podia afirmar se o clube ainda se encontrava no terreno, pois havia um período de espera para definir alternativa adequada.

Adiantou que a Câmara Municipal se disponibilizou para encontrar uma solução, considerando que na zona existem outros campos de futebol que poderiam eventualmente permitir uma solução de curto prazo.

Sra. Presidente – Referiu que o Serviço de Desporto estava a procurar outros campos para utilização do clube, garantindo que a prática desportiva não seria interrompida, uma vez que existiam espaços onde os atletas poderiam ser integrados.

No que respeita à sede, explicou que, por enquanto, não existia uma solução imediata, sublinhando que a construção de uma sede não se concretiza de um momento para o outro, sendo necessário ter paciência. Acrescentou que não seria produtivo colocar a questão das Curvas semanalmente ou mensalmente, dado que existem outras coletividades do município que também aguardam sede há vários anos.

Reforçou que a prática desportiva não seria interrompida, mas que a criação de uma sede exige tempo, não sendo possível satisfazer de imediato todos os pedidos, tanto para este clube como para outros. Informou que já tinham reunido com outro clube e que o Serviço de Desporto continuava à procura de uma solução, provisória ou definitiva, esclarecendo que não se iria construir um campo exclusivo para o Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas.

Mencionou, ainda, que estava prestes a iniciar-se a obra do equipamento do União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, espaço de grande dimensão onde seria possível desenvolver a atividade desportiva. No que se refere à sede, reiterou que a sua disponibilização não ocorreria *“de um minuto para o outro”*, sendo necessário proceder com planeamento e gradualidade.

Referiu que, relativamente à Praceta Carlos da Costa Frescata, tratava-se de uma questão de iluminação, similar a tantas outras que têm sido registadas, mas que estava a ser realizado um levantamento detalhado. Explicou que a área energética ficou sem um responsável, dado que o Engenheiro Carlos Durval se reformou, profissional que prestava grande apoio neste tipo de levantamento.

Apesar desta situação, informaram que o levantamento continuava a ser efetuado e que estavam a contactar a E-Redes, embora reconhecendo que este processo não estava a ser fácil. Acrescentou que o relacionamento com a E-Redes nunca foi simples, pelo que a Câmara se encontrava muitas vezes numa posição de pressão, agindo quase sempre *“atrás do prejuízo”* e solicitando *“por favor”* intervenções que são previstas no âmbito da concessão. Concluiu informando que o Vereador Bruno Russo abordaria o assunto com maior detalhe posteriormente.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que a Praceta Carlos da Costa Frescata, como todos sabiam, apresentava um problema de iluminação pública. Informou que tinha sido feito contacto com a E-Redes e que, segundo a informação mais recente de que dispunha, a situação já se encontrava normalizada há cerca de uma semana.

Sra. Presidente – Questionou se a situação de iluminação pública na Praceta Carlos da Costa Frescata se mantinha.

(Intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Referiu que recebiam queixas diárias relativas à situação de iluminação pública.

Sra. Vice-Presidente – Referiu que, relativamente à questão do muro, da árvore e do respetivo abate em Azeitão, não conseguia prestar uma resposta específica, uma vez que, na Fiscalização, tinha herdado vários processos desse tipo, consistindo em queixas que não haviam sido resolvidas. Acrescentou que tinha abordado a situação em junho de 2025, considerando normal o atraso, uma vez que existiam outras questões pendentes há mais de um ano.

(Intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Acrescentou que, se o caso remontava a 2022, isso reforçava a necessidade de atuação. Referiu que tinha conhecimento de que a situação era verdadeira, que estava a ser acompanhada pela Fiscalização e que se encontrava em processo de apuramento.

Explicou que, caso se tratasse de uma árvore em domínio público que tivesse levantado o passeio, poderiam existir responsabilidades a atribuir, mas apenas após a devida verificação. Acrescentou que a autarquia não tinha culpa de as raízes serem fasciculadas e provocarem levantamentos, mas que poderia haver alguma responsabilidade, nomeadamente na reposição do muro, caso se comprovasse onexo de causalidade entre a queda do muro e as raízes da árvore.

Referiu, ainda, que não sabia se o Vereador Bruno Russo tinha algo a acrescentar sobre aquele caso específico, mas quis informar que existiam múltiplos casos semelhantes, que estavam a ser acompanhados, priorizados e tentavam ser resolvidos.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que, relativamente àquele caso em concreto, não dispunha de qualquer informação específica, mas que iria solicitar ajuda através do número de polícia.

(Intervenção inaudível)

O Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu o número 14 e afirmou que iria verificar a situação e adotar as medidas necessárias para a sua resolução.

Sra. Presidente – Referiu que também era necessário verificar a situação na Rua Padre Américo Faria.

No que se refere ao Centro Náutico, explicou que a sua construção não estava prevista para o ano corrente, uma vez que não existia orçamento disponível. Acrescentou que havia uma ideia conceptual para integrar todos os clubes naquele espaço, mas que, evidentemente, não seria implementada naquele ano. Esclareceu que a proposta teria de ser discutida, seguida da elaboração de projeto, aprovação e submissão de candidatura, estando ainda à procura de possíveis candidaturas.

Alertou que, no momento, não existiam soluções definitivas, pelo que muitas pessoas poderiam ficar sem espaço adequado. Especificou que o Desporto Escolar, que possui mais caiaques, e o Remo Lusitano, foram os mais afetados, assim como o Clube de Canoagem de Setúbal, embora este último contasse com algum apoio na frente. Os outros dois clubes, Remo Lusitano e Desporto Escolar, não tinham qualquer apoio, o que constituía uma preocupação maior.

Explicou que, após a limpeza do local, seria analisada a possibilidade de colocar contentores para armazenamento dos equipamentos. Para já, as embarcações seriam guardadas em armazéns existentes em Poçoilos e no Imapark durante o inverno, período em que nem todos os barcos são utilizados, sendo posteriormente avaliada a viabilidade de instalar contentores no local.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que queria acrescentar uma nota relativa à questão levantada pelo Vereador Joel Marques sobre a ausência de valor na rubrica. Explicou que, após a exposição da Senhora Presidente e quando fosse identificada a necessidade, seria promovida a alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, mediante justificação adequada. Ressaltou que tal procedimento não significava que o processo estivesse aberto naquele momento, mas que não se excluía a possibilidade de abertura até 2030.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que registava que, pelo menos, o estudo estava concluído e a ideia existia, mas que, quanto à sua concretização, esta ficaria adiada para um momento futuro indeterminado, “para as calendas”, como tem sido habitual.

Sra. Presidente – Comentou, acrescentando que a situação ocorria “como o PCP fez”.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que se tratava de um assunto a acompanhar e analisar.

Sra. Presidente – Disse: “Olhe que não, olhe que não.”

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que seria desta vez que iriam ter o Terminal 7.

Sra. Presidente – Acrescentou: “Pois, se calhar, vamos ver”.

Sra. Vice-Presidente – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 9 a 17.

“Saudação

76.º Aniversário da Sociedade Columbófila de Setúbal

Fundada em 19 de dezembro de 1949

A Câmara Municipal de Setúbal felicita e manifesta publicamente o seu reconhecimento à Sociedade Columbófila de Setúbal, assinalando 76.º aniversário da sua existência.

Enquanto coletividade dedicada à columbofilia, a Sociedade Columbófila de Setúbal tem preservado e dinamizado uma prática com forte implantação histórica e cultural, contribuindo para a afirmação do desporto associativo e para a transmissão de tradições que integram o património imaterial local.

O percurso da Sociedade Columbófila de Setúbal evidencia um trabalho continuado assente no envolvimento dos seus associados, na valorização do saber técnico e na promoção de uma atividade que conjuga dedicação, rigor e sentido de responsabilidade.

A Câmara Municipal de Setúbal reconhece, deste modo, a importância do papel desempenhado pela Sociedade Columbófila de Setúbal no tecido associativo do concelho e no reforço da identidade coletiva setubalense”.

“Saudação

65.º Aniversário da Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi

Fundada a 06 de janeiro de 1961

A Câmara Municipal de Setúbal expressa felicitações à Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi pela passagem do 65.º aniversário da sua fundação, em 6 de janeiro.

Instituição de ensino artístico especializado em música e belas-artes, a Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi constitui uma associação de reconhecida utilidade pública, dedicada à formação artística, desde a infância até ao ensino secundário.

A Academia distingue-se por disponibilizar o Regime Integrado no Ensino Vocacional de Música, acolhendo uma comunidade educativa vasta e heterogénea, e afirmando-se como uma referência na promoção do ensino artístico especializado e no acesso qualificado à educação musical.

Ao longo de mais de seis décadas de atividade, a Academia Música e Belas Artes Luísa Todi tem contribuído de forma consistente para o enriquecimento cultural do concelho.

A ação pedagógica desenvolvida pela Academia ultrapassa o ensino técnico da música, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos, o estímulo da criatividade, da concentração e da autoestima, reforçando o papel da educação artística como elemento fundamental na formação humana.

A Câmara Municipal de Setúbal reconhece, assim, o contributo da Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi para a valorização cultural do Concelho e para a formação de sucessivas gerações.

Saudamos assim a Academia de Música e Belas Artes Luísa Todí, os seus órgãos sociais, docentes, alunos e colaboradores, formulando votos de continuidade de um percurso marcado pela tradição, pela qualidade e pelo serviço à comunidade”.

“Saudação

51.º Aniversário do YMCA Setúbal

Fundada a 11 de janeiro de 1975

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a YMCA Setúbal pela passagem do seu 51.º aniversário.

Este marco celebra o renascimento de uma instituição que nasceu originalmente em Setúbal em 1905, sob a designação de União Cristã da Mocidade. Após um longo período de inatividade a partir da década de 1930, a associação foi reativada há 51 anos, em 1975, sob o impulso determinante do Dr. Mário de Melo Pereira. Este recomeço permitiu à organização retomar a sua missão social, evoluindo da histórica designação ACM (Associação Cristã da Mocidade) para a identidade global YMCA.

A YMCA Setúbal desempenha um papel fundamental na comunidade, promovendo valores de solidariedade, inclusão e desenvolvimento pessoal. Através de diversas atividades, como workshops, grupos de jovens, eventos culturais e de formação, a associação oferece um espaço seguro e acolhedor para os jovens se expressarem, aprenderem e crescerem.

A YMCA envolve-se, também, em projetos sociais que visam apoiar as necessidades da comunidade local, como campanhas de angariação de alimentos, assistência a famílias em situação de vulnerabilidade e promoção de ações de voluntariado.

A Câmara Municipal de Setúbal felicita o YMCA, que ao longo destes anos de trabalho tem contribuído, não só, para o desenvolvimento individual dos jovens, mas também no fortalecimento dos laços comunitários, criando uma rede de apoio que beneficia todos os envolvidos”.

“Saudação

44.º Aniversário da Associação de Saúde Mental

Doutor Fernando Ilharco

Fundada a 14 de janeiro de 1982

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco pela passagem do seu 44.º aniversário.

Fundada em 1982, a Associação promove uma ação contínua de apoio que constitui um contributo relevante para a promoção da saúde mental, do apoio psicossocial e da dignidade das pessoas com doença mental.

Desde a sua criação, a Associação tem afirmado um compromisso firme com os valores da solidariedade, da inclusão e do respeito pela pessoa humana, desenvolvendo um trabalho persistente junto da comunidade e assumindo um papel de referência na defesa dos direitos e na melhoria da qualidade de vida dos seus utentes.

Por ocasião da celebração de mais um aniversário, a Câmara Municipal de Setúbal reconhece o trabalho desenvolvido, o longo caminho já percorrido e a missão que orienta a Associação desde a sua fundação, projetando o seu papel para os desafios presentes e futuros na área da saúde mental.

Aos seus dirigentes, utentes e colaboradores apresentamos votos de um feliz aniversário e os desejos dos maiores sucessos no desenvolvimento da sua meritória atividade”.

“Saudação

**38.º Aniversário da Associação Cultural do Conservatório
Regional de Setúbal**

Fundada a 21 de janeiro de 1988

Assinala-se, hoje, dia 21 de janeiro, mais um aniversário da Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, fundada em 1988, e cuja atividade ao longo de várias

décadas constitui um legado extremamente importante no panorama da educação artística e da vida cultural da região.

Desde a sua fundação, a Associação tem desempenhado um papel determinante na promoção do ensino artístico, na valorização da música e das artes e no apoio à formação de sucessivas gerações de alunos.

O percurso construído ao longo dos anos reflete um compromisso contínuo com a excelência, a transmissão de conhecimento, a preservação de valores culturais e a afirmação das artes enquanto dimensão essencial da sociedade. Este legado é indissociável do empenho e da dedicação de todos quantos integraram a Associação ao longo do tempo quer sejam dirigentes, docentes, alunos, colaboradores ou parceiros institucionais.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal apresentando cordiais felicitações, com votos de continuidade, renovação e sucesso na prossecução dos seus objetivos culturais e educativos”.

“Saudação

37.º aniversário do Clube de Ginástica de Portugal

Fundado em 6 de janeiro de 1989

A Câmara Municipal de Setúbal felicita o Clube de Ginástica de Portugal pelo seu 37.º aniversário, ocorrido em 6 de janeiro.

Representante de destaque do nosso associativismo desportivo, o Clube de Ginástica de Portugal, sediado em Setúbal e com data de fundação a 6 de janeiro de 1989, contribui para a qualidade de vida e a integração social dos cidadãos através da promoção do desporto, com uma tradição bem enraizada no nosso concelho.

Dedicado às atividades gímnicas, o Clube tem conseguido ao longo das suas quase 4 décadas de existência uma atividade muito relevante e sempre contínua no domínio desportivo, seja através da formação de jovens, da promoção do desporto-saúde ou do treino e participação competitiva cuja seção tem sido inúmeras vezes titulada ao longo dos anos.

Apresentamos assim os nossos parabéns a todos os dirigentes, treinadores, atletas e associados que têm contribuído para a atividade de grande mérito desta entidade”.

“Saudação

32.º aniversário da Fundação Portuguesa

“A Comunidade Contra a Sida”

Fundada em 31 de dezembro de 1993

A Câmara Municipal felicita a Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”, pelo seu 32.º aniversário.

Constituída a 31 de dezembro de 1993 esta IPSS, tem como objetivo principal apoiar pessoas infetadas e afetadas pelo VIH/SIDA e suas famílias, atuando em através de delegações em todo o país com delegações, incluindo em Setúbal.

O seu Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens (CAOJ), criado em 2001 para apoiar e educar jovens em questões de sexualidade, prevenção do VIH/SIDA e promoção da saúde, conta com uma abordagem de educação pelos pares e com o envolvimento de voluntariado.

Esta Instituição, que coopera diretamente com autarquias e outras entidades através de projetos de educação para a cidadania, especialmente junto de jovens e comunidades, procura promover competências sociais e pessoais nas escolas, contribuindo assim para a redução do risco de transmissão da infeção.

Apresentamos assim a todos os agentes e diretores que dirigem e colaboram com esta IPSS os nossos parabéns por mais um aniversário da entidade que representam”.

“Saudação

22.º aniversário da Real Trovantuna de Setúbal

Fundada a 08 de janeiro de 2004

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Real Trovantuna de Setúbal, Tuna Feminina da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, pela passagem do seu 22.º aniversário, que se assinalou no passado dia 8 de janeiro.

Ao longo do seu percurso, a Real Trovantuna tem sabido afirmar-se como um espaço de expressão artística, de convivência académica e de transmissão de valores como a amizade, o espírito de pertença e a dedicação à cultura musical. A sua presença ativa em encontros, festivais e iniciativas culturais tem levado o nome de Setúbal e do Instituto Politécnico de Setúbal a diversos pontos do país sempre com animação e espírito académico.

A tradição académica, quando vivida com responsabilidade e criatividade, constitui um importante património imaterial. A Real Trovantuna de Setúbal tem sido exemplo dessa vivência, conciliando o respeito pela herança das tunas académicas com a capacidade de renovação e de diálogo com o presente.

Este percurso é inseparável do contributo de dezenas de estudantes que, com entusiasmo e espírito voluntário, deram vida a este projeto coletivo, bem como de todos os que, ao longo do tempo, apoiaram e acompanharam a sua atividade.

Na passagem de mais um aniversário, cumpre-nos o prazer e satisfação de desejar à Trovantuna votos de muitos sucessos”.

“Saudação

20.º Aniversário da Associação Cultural Sebastião da Gama

Fundada a 17 de janeiro de 2006

A Associação Cultural Sebastião da Gama assinalou, no passado dia 17 de janeiro, mais um aniversário da sua fundação, ocorrida em 2006.

Ao longo destes anos, a Associação tem afirmado um percurso consistente de promoção da cultura, do pensamento crítico e da valorização do património literário e artístico, honrando o legado humano e intelectual de Sebastião da Gama, assim como a memória da inspiradora história de amor entre o poeta e a sua esposa Joana Luísa.

O trabalho continuado da associação tem contribuído de forma significativa para o enriquecimento da vida cultural, para o envolvimento da comunidade e para a afirmação da cultura como espaço de encontro, reflexão e cidadania.

Na passagem de mais um aniversário, reconhece-se o empenho, a dedicação e o espírito de serviço de todos os dirigentes, associados, colaboradores e parceiros, que ao longo do tempo, integraram e apoiaram a Associação e tornaram possível a concretização da sua meritória missão”.

Sra. Vice-Presidente – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presenta ata, sob o registo n.º 18.

“Voto de Pesar

João Valente

Faleceu, aos 37 anos de idade, João Carlos Martins Valente, funcionário do Departamento de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Setúbal, que exercia funções na área da recolha de resíduos urbanos desde 5 de dezembro de 2011, na Câmara Municipal de Setúbal e, desde a reativação dos SMS, em 18 de dezembro de 2022, neste serviço, para o qual transitaram as tarefas municipais neste domínio.

Trabalhador muito jovem que se destacou pelo seu exemplo de dedicação e empenho, sempre disponível a partilhar o seu conhecimento e experiência com os restantes colegas, a sua boa disposição foi sempre um elemento distintivo, contribuindo para o bom ambiente e a coesão das equipas, num domínio de atividade exigente e que requer um elevado compromisso com a comunidade.

O Município reconhece o seu contributo na área dos resíduos urbanos, bem como o seu exemplo de profissionalismo e camaradagem, prestando-lhe a devida homenagem.

Reunida a 23 de janeiro de 2026, a Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento de João Carlos Martins Valente e endereça as mais sentidas condolências à sua família e amigos”.

Sr. Vereador Paulo Maia – Informou que iria prestar uma nota recebida recentemente, comunicando que, naquele dia, faleceu, no Hospital de Setúbal, o Bombeiro Sapador Subchefe de 2.ª Classe José Filipe Gomes da Silva, de 53 anos.

Referiu que o mesmo se encontrava internado desde o dia 5 de janeiro e que veio a falecer naquela tarde.

Solicitou que, ao final dos Votos de Pesar, fosse cumprido um minuto de silêncio, mesmo não tendo sido apresentado formalmente o voto de pesar por falta de tempo. Considerou pertinente trazer à Câmara aquele voto de pesar e manifestar solidariedade à família naquele momento.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que saudavam a intervenção social de instituições que desempenham um papel vital na promoção do bem-estar, da coesão e da transformação social, através de ações que visam combater a exclusão, capacitar indivíduos e comunidades e assegurar direitos. Salientou que estas ações abrangem desde o apoio a grupos vulneráveis até à criação de redes e parcerias para o desenvolvimento comunitário.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 19 a 22.

“Saudação

Aniversário da Associação de Saúde Mental Doutor Ílharco

Fundada em 1982, a Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ílharco celebrou o seu 44.º aniversário no dia 14 de janeiro.

Desde a sua fundação, esta Associação tem desenvolvido projetos e respostas com o objetivo de promover e realizar ações de solidariedade dirigidas a pessoas com perturbações mentais, assegurando o funcionamento de equipamentos sociais e contribuindo para a humanização das condições da assistência, tratamento e reabilitação dos doentes psicologicamente afetados, para a modificação da opinião pública de modo a desmistificar as doenças do foro psicológico e para a criação de meios que possibilitem a reintegração socioprofissional e familiar dos doentes, promovendo, de igual modo, a investigação e o intercâmbio científico das doenças e anomalias psicológicas.

Desta forma, a sua atividade tem sido marcada por inúmeras iniciativas e ações, como o I Encontro Nacional de Reabilitação em Psiquiatria, realizado em 1992, e a celebração de parcerias com entidades como o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Hospital de São Bernardo, o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e instituições de solidariedade social de reabilitação em psiquiatria de âmbito nacional e internacional, nomeadamente a Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais e a Union Internationale des Sociétés d'Aide à la Santé Mentale.

Para além da cooperação institucional, que se assume como essencial para o desenvolvimento da atividade da Associação, em particular para a criação de respostas que tenham em consideração a complexidade das necessidades psicossociais de cada indivíduo, as quais exigem uma abordagem que transcende o tratamento clínico isolado, a Associação oferece as seguintes valências: (1) Fórum Socio-ocupacional, um equipamento destinado a pessoas com a problemática de ordem psíquica, visando a reinserção sociofamiliar, profissional e eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido; (2)

atividades de cariz cultural, recreativo e comunitário; (3) centro de convívio, um espaço partilhado de convívio para os utentes das diversas valências da Associação, para outros sócios e seus familiares e para os vizinhos, um serviço de confeção e fornecimento de refeições aos utentes da Associação e a outros sócios e apoio logístico à realização de todos os programas festivos da Associação; (4) Grupo de Apoio à Família; (5) Unidade de Vida Protegida, uma estrutura habitacional destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável; (6) Unidade de Vida Autónoma, uma estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica estabilizada e de evolução crónica, mas com boa capacidade de autonomia.

Em Portugal, cerca de 20% da população sofre de algum transtorno mental, com prevalência elevada de ansiedade e depressão. Este indicador coloca o país como um dos países da UE com mais casos e, simultaneamente, o país da OCDE com maior consumo de ansiolíticos.

Neste contexto, o trabalho desenvolvido por entidades como a Associação de Saúde Mental Doutor Ílharco, em parceria com o governo central, poder local e sociedade civil, assume um papel determinante para a promoção da saúde mental junto das populações, para a sensibilização para estas temáticas que, ainda hoje, são motivo de tabu e discriminação, e para a produção de conhecimento científico fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes.

Desta forma, e transmitindo o seu reconhecimento pelos importantes contributos desta entidade para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ílharco, órgãos sociais e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação Aniversário da YMCA Setúbal

A YMCA Setúbal, instituição particular de solidariedade social que atua junto das populações, em particular dos mais jovens, contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e igual, celebrou o seu 51º aniversário no passado dia 11 de janeiro.

Fundada em 1975, esta entidade tem vindo a desenvolver uma importante atividade de reconhecido mérito, com um impacto social significativo na comunidade. Enquanto agente de transformação social, a sua atuação traduz-se na oferta de diversas valências, projetos e respostas sociais, através das quais procura contribuir para o desenvolvimento pessoal e integral do indivíduo, colmatar carências e empoderar crianças, jovens e as suas famílias.

Neste sentido, a estreita colaboração com parceiros institucionais, através de protocolos e parcerias, assume um papel determinante na sua atividade, permitindo responder de forma eficaz às necessidades da população.

Com uma oferta variada de serviços em diversas áreas – desde a infância, à intervenção social, ao apoio a migrantes e ao combate a alguns dos maiores desafios da atualidade, a insegurança alimentar e a crise no acesso à habitação –, bem como de projetos de voluntariado e iniciativas de desenvolvimento pessoal, formativo e profissional, a YMCA assegura uma resposta de amplo alcance social, com impacto em múltiplos domínios da vida.

Transmitindo o seu reconhecimento e profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido pela YMCA Setúbal em prol das populações do nosso concelho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os seus órgãos sociais, trabalhadores e voluntários por mais um aniversário”.

“Saudação

Aniversário do Grupo de Apoio de Setúbal da Liga Portuguesa Contra o Cancro

Fundado em 2016, o GASET – Grupo de Apoio de Setúbal da Liga Portuguesa Contra o Cancro assinalou o seu 10.º aniversário no dia 18 de janeiro.

O Grupo, que celebra este ano uma década de existência, foi criado com o objetivo de prestar apoio aos doentes oncológicos no concelho e no distrito de Setúbal. No entanto, a promoção da saúde e a prevenção do cancro junto das populações representam, igualmente, uma parte significativa da sua atividade.

Segundo estimativas de um estudo apresentado no início de 2025 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e pela Comissão Europeia (CE), prevê-se um aumento do número de novos casos de cancro em todos os países da União Europeia (UE) entre 2022 e 2040, sendo Portugal um dos países onde esse crescimento deverá ser mais significativo.

Dados do mesmo estudo indicam ainda que a doença oncológica é a segunda principal causa de morte em Portugal, verificando-se uma diminuição da taxa de mortalidade a um ritmo inferior ao da média da União Europeia.

A realidade da doença oncológica – desde a sua deteção e tratamento até aos recursos disponíveis – é complexa, sendo fundamental o trabalho desenvolvido por entidades como a Liga Portuguesa Contra o Cancro, nomeadamente no que respeita à sensibilização para a prevenção, ao diagnóstico precoce, à investigação e à produção de conhecimento científico, bem como ao apoio prestado à pessoa diagnosticada e à sua família, assegurando uma resposta multidisciplinar de carácter social, jurídico e psicológico.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam o Grupo de Apoio de Setúbal da Liga Portuguesa Contra o Cancro por mais um aniversário, saudando todos aqueles e aquelas que contribuem diariamente para a sua atividade e reconhecendo o importante trabalho desenvolvido em prol das populações, do seu bem-estar e da sua saúde”.

“Saudação

Aniversário da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal celebrou o seu 33.º aniversário no passado dia 12 de janeiro.

Ao longo de mais de três décadas, a CPCJ Setúbal tem-se afirmado como um porto seguro para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no concelho, trabalhando junto das famílias que, em momentos de fragilidade, necessitam de apoio e orientação.

O trabalho desenvolvido nesta instituição, que visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, é realizado com compromisso, responsabilidade e ética, em colaboração com inúmeros parceiros institucionais e com o envolvimento ativo da comunidade. No entanto, este exige grande esforço e resiliência por parte dos técnicos e técnicas que, face às adversidades – desde a situação económica e social, à insuficiência de meios humanos, à degradação e desadequação das condições materiais e ao aumento do número de processos e crescente complexidade dos mesmos –, enfrentam diariamente múltiplos desafios. Fazem-no com o objetivo de salvaguardar o interesse superior da criança, protegendo-a de situações de perigo, escutando-a e respeitando-a, e garantido as condições necessárias para o desenvolvimento do seu projeto de vida com dignidade, segurança e esperança.

Os dados mais recentes disponíveis, presentes no Relatório Anual de Avaliação de Atividade das CPCJ, publicado em 2025, indicam-nos que as CPCJ movimentaram 89 008 Processos de Promoção e Proteção em 2024, o que representa um aumento de cerca de 5,5 % face a 2023, sendo os principais motivos de risco identificados a negligência, a violência doméstica e os comportamentos de perigo na infância e na juventude. O distrito de Setúbal, integrado na região Lisboa, Santarém e Setúbal (LSS), apresentou, em 2024, uma taxa de incidência de intervenção de 5,59%, ligeiramente superior a 2023. Esta região representa uma das áreas com maior volume absoluto de intervenção, o que resulta numa forte pressão sobre os sistemas locais de proteção.

No relatório, é ainda destacada positivamente a redução do acolhimento residencial nesta região, através do reforço do acolhimento familiar, um contexto favorável e mais próximo do meio da vida da criança.

Perante este cenário, em que se verifica um aumento dos processos, sendo a violência doméstica um dos principais motivos de risco identificados – e o crime com maior número de registos na criminalidade participada não a só nível nacional, mas também no distrito de Setúbal –, o trabalho desenvolvido pelas CPCJ, em estreita articulação com os seus parceiros institucionais, como a PSP, o Instituto da Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério Público, as Autarquias, entre outros, assume-se como essencial para a salvaguarda e garantia dos direitos das crianças e jovens em Portugal. Assim, e reconhecendo o papel determinante desempenhado pelas CPCJ, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal, bem como todos os seus técnicos e técnicas, por mais um aniversário e por todo o trabalho desenvolvido em prol das populações, numa problemática que deve e tem de ser encarada como uma responsabilidade coletiva para a salvaguarda do nosso futuro comum”.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 23 a 25.

“Saudação

Aniversário da Associação Cultural Sebastião da Gama

A Associação Cultural Sebastião da Gama, fundada em 2006, assinalou o seu 20.º aniversário no passado dia 17 de janeiro, celebrando duas décadas de dedicação e valorização da cultura e da identidade setubalenses.

Criada com o objetivo de divulgar a vida e a obra de Sebastião da Gama, uma das figuras maiores do panorama cultural do concelho, a Associação tem vindo a desenvolver um importante trabalho de promoção, difusão e valorização do legado literário do poeta que, apesar de ter partido cedo demais, deixou uma marca profunda e duradoura. Embora seja sobretudo lembrado pela sua obra, Sebastião da Gama foi também professor de Português e Francês no ensino liceal, destacando-se pela sua visão pedagógica inovadora e humanista, centrada no aluno, tendo deixado igualmente, neste domínio, um importante legado, enquanto precursor de abordagens pedagógicas modernas.

A sua atividade tem também assumido um papel determinante na preservação da memória de Sebastião da Gama e da sua esposa, Joana Luísa, cuja entrega à divulgação da obra do poeta foi decisiva.

Entre as múltiplas iniciativas promovidas pela Associação, desde tertúlias a ciclos de conversa e exposições, é de destacar o seu contributo para a realização do “Prémio Nacional de Poesia Sebastião da Gama”, bem como para a concretização do projeto Casa-Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama, polo cultural do Município de Setúbal que, apesar de inaugurado em 2021, carece de uma intervenção urgente.

Assim, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Cultural Sebastião da Gama, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual se assume como um contributo indispensável para a valorização do território e do seu património cultural e identitário.

“Saudação

Atletas do Clube de Vela do Sado distinguidos pela Federação Portuguesa de Vela

A Federação Portuguesa de Vela distinguiu, na Gala dos Campeões de Vela, os campeões nacionais e internacionais das épocas de 2023/24 e 2024/25, num evento que reuniu atletas, treinadores, dirigentes e convidados, realizado no Hotel Pestana Cidadela, em Cascais.

Nesta iniciativa, que se constitui também como um momento de afirmação do desporto enquanto motor de desenvolvimento local, de promoção de estilos de vida saudáveis e de transformação social, foram homenageados os atletas José Cunha (Campeão Nacional na classe Windsurfer), Pedro Sacramento das Neves (Campeão Nacional de Wingfoil) e Jorge

4

Alves (Vencedor do Campeonato Nacional ANC – Divisão B 2024), do Clube de Vela do Sado, pelos resultados alcançados nas épocas acima referidas.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas homenageados, bem como o Clube de Vela do Sado, pela distinção, reflexo da sua dedicação e empenho, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

Manifestam, ainda, o seu agradecimento pelos inúmeros contributos do Clube, dos seus órgãos, da equipa técnica e dos atletas para o desenvolvimento desportivo do concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações”.

“Saudação

Joana Espada sagra-se Campeã no XXIII Meeting Internacional Estoril

A atleta Joana Espada, da Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão (AONDA), participou no XXIII Meeting Internacional Estoril, que decorreu durante os dias 10 e 11 de janeiro, no Estoril.

Nesta competição, que reúne em todas as suas edições centenas de clubes e várias seleções internacionais, Joana conquistou o ouro na prova de 100 metros costas e a prata na prova de 100 metros livres.

Recentemente, a atleta participou também na XXXIII Taça Vale do Tejo, em Abrantes, na qual representou a Seleção da Associação de Natação de Lisboa, tendo contribuído para o segundo e o terceiro lugar nas estafetas de 4x100 metros livres e 4x100 metros estilos femininos.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a atleta Joana Espada pelos resultados alcançados, reflexo da sua dedicação e empenho, bem como a Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão, destacando o seu importante contributo para o desenvolvimento desportivo do concelho, em particular na modalidade de natação”.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 26.

“Voto de Pesar

Falecimento de João Valente

João Valente, trabalhador do Departamento de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Setúbal, faleceu no passado dia 10 de janeiro, aos 37 anos.

Tendo iniciado funções na Câmara Municipal de Setúbal em 2011, e transitado para os Serviços Municipalizados de Setúbal em 2022, destacou-se, ao longo do seu percurso profissional, pela sua dedicação, empenho e profissionalismo, sendo reconhecido e estimado por colegas e superiores.

Conhecido pela sua boa disposição, bem como pela sua experiência e pelo seu compromisso com a comunidade e o serviço público, a sua partida prematura representa uma perda profunda.

Neste momento particularmente difícil, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista manifestam o seu pesar pelo falecimento de João Valente e endereçam à família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 27.

“Voto de Pesar

Falecimento de Carlos Miguel

Carlos Jorge Pereira Miguel, campeão nacional de futebol de praia pelo Vitória Futebol Clube, faleceu aos 51 anos, no passado dia 20 de janeiro.

Carinhosamente conhecido por “Carlão”, o antigo guarda-redes de futebol e internacional de futebol de praia destacou-se ao longo da sua carreira desportiva pela dedicação, empenho e espírito de companheirismo, afirmando-se como uma figura de referência junto dos seus colegas.

Iniciou o seu percurso formativo no Clube Desportivo da Charneca (AF Lisboa), tendo assumido o estatuto de futebolista profissional ao serviço do Clube Desportivo Pinhalnovoense, na época 2005/06.

Ainda no distrito de Setúbal, Carlos Miguel representou o Grupo Desportivo Fabril do Barreiro, o Clube Olímpico do Montijo, o Vitória Futebol Clube e o São Domingos Futebol Clube, este último onde terminou a ligação à atividade.

Foi ao serviço do emblema vitoriano que alcançou um dos pontos mais altos da sua carreira, ao sagrar-se campeão nacional de futebol praia na época 2013/2014, conquistando igualmente o estatuto de internacional português, a 10 de agosto de 2013.

Após o término da carreira como jogador, continuou ligado à modalidade enquanto treinador de guarda-redes, tendo desempenhado funções no CO Montijo e no Palmelense FC.

Carlos Miguel deixa um valioso legado, marcado pela paixão ao desporto dentro e fora dos campos, com impacto no futebol e no desporto a nível local e nacional.

À família, amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam as mais sentidas condolências”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 28 a 32.

“Saudação

38.º Aniversário da Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal

No passado dia 21 de janeiro de 2026, a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal assinalou o seu 38.º aniversário, celebrando uma trajetória de dedicação plena à causa do ensino artístico e à promoção da cultura.

Desde a sua fundação, em 1988, esta instituição tem assumido uma função social e pedagógica de excecional relevância, afirmando-se como uma entidade de referência na formação de jovens músicos e no desenvolvimento intelectual da nossa comunidade.

A sua ação contínua tem sido determinante para o prestígio cultural de Setúbal, contribuindo não só para a preservação do património musical, mas também para a projeção do nome do Município em contextos de elevado mérito artístico.

O percurso desta Associação é indissociável do compromisso e do profissionalismo de sucessivos corpos sociais, docentes, funcionários e famílias que, ao longo de quase quatro décadas, garantiram a sustentabilidade e a excelência desta casa comum das artes.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal pela passagem do seu 38.º aniversário, felicitando todos os seus órgãos sociais, colaboradores e alunos”.

“Saudação

20.º Aniversário da Associação Cultural Sebastião da Gama

No passado dia 17 de janeiro, a Associação Cultural Sebastião da Gama (ACSG) celebrou o seu 20.º aniversário, assinalando duas décadas de trabalho dedicado à promoção da cultura, da literatura e da identidade de Azeitão, com especial destaque para a preservação e divulgação da obra do poeta Sebastião da Gama.

É justo enaltecer o trabalho consistente e meritório da Associação, que, ao longo dos anos, tem promovido iniciativas culturais, educativas e comunitárias — sessões literárias, atividades pedagógicas, comemorações evocativas, encontros com a comunidade e ações de valorização do património local. A Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama, em Vila Nogueira de Azeitão, constitui um espaço de grande relevância, reunindo coleções inéditas, o

espólio literário e objetos pessoais de Sebastião e Joana Luísa da Gama — um ponto de referência para a preservação da sua memória e obra.

Conscientes da importância de Joana Luísa da Gama, mulher, companheira e inspiração de Sebastião da Gama, destacamos o contributo e o envolvimento da Associação, no qual resultou o descerramento da placa toponímica do “Largo Joana Luísa Gama”, em fevereiro de 2025, no âmbito das comemorações do centenário do casal azeitonense. Foi um gesto simbólico e merecido que reconhece quem garantiu que o Homem e a sua obra continuassem a viver muito para além do seu tempo.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude, uma vez mais, a Associação Cultural Sebastião da Gama, desejando-lhe a continuação de um trabalho tão necessário quanto meritório que enriquece a vida cultural e comunitária de Azeitão e de todo o concelho”.

“Saudação

10.º Aniversário do Grupo de Apoio de Setúbal da Liga Portuguesa Contra o Cancro

No passado dia 18 de janeiro, o Grupo de Apoio de Setúbal (GASET), sob a égide da Liga Portuguesa Contra o Cancro, assinalou o seu 10.º aniversário. Fundado em 2016, este grupo nasceu da necessidade imperativa de descentralizar o apoio ao doente oncológico e de criar uma rede de proximidade na nossa cidade e região.

Ao longo desta década, o GASET tem desempenhado uma missão de inestimável valor humanitário. A sua atuação não se limita ao apoio informativo, estende-se ao acompanhamento psicossocial, à promoção de rastreios preventivos e à criação de um espaço de partilha e conforto para doentes, sobreviventes e respetivos familiares.

A utilidade pública desta estrutura é hoje um pilar fundamental da coesão social em Setúbal. Num contexto onde a doença oncológica representa um dos maiores desafios de saúde pública, a presença ativa do GASET garante que nenhum setubalense tenha de enfrentar este processo em isolamento. A importância do trabalho voluntário e técnico aqui desenvolvido reflete-se na melhoria direta da qualidade de vida dos cidadãos e na sensibilização constante da comunidade para a prevenção.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude o GASET pela passagem do seu 10.º aniversário, reconhecendo o mérito e a dedicação de todos os voluntários e profissionais que, desde 2016, servem esta causa”.

“Saudação

76.º Aniversário da Sociedade Columbófila de Setúbal

No passado dia 19 de dezembro, a Sociedade Columbófila de Setúbal assinalou mais um aniversário da sua fundação, ocorrida em 1949, consolidando um percurso de mais de sete décadas ao serviço do associativismo e do desporto.

Esta prestigiada instituição é uma das mais antigas e resilientes coletividades do nosso concelho, representando uma tradição que une gerações de setubalenses em torno da columbofilia, modalidade que exige dedicação, rigor e uma profunda ligação à natureza.

Ao longo da sua história, a Sociedade Columbófila de Setúbal tem desempenhado um papel social relevante, promovendo o convívio comunitário e preservando uma identidade cultural e desportiva que é indissociável da história da nossa cidade.

A longevidade desta sociedade é o testemunho do empenho voluntário dos seus dirigentes e associados que, com espírito de missão, garantem a vitalidade de uma prática que eleva o nome de Setúbal em competições de âmbito regional e nacional”.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saude a Sociedade Columbófila de Setúbal pela passagem do seu aniversário, felicitando todos os seus órgãos sociais e associados”.

“Saudação

51.º Aniversário da YMCA Setúbal

No passado dia 11 de janeiro, a YMCA Setúbal celebrou o seu 51.º aniversário, mais de meio século de dedicação ao desenvolvimento humano e comunitário em Setúbal.

Desde a sua reativação, em 1975, e com a evolução da sua designação de ACM (Associação Cristã da Mocidade) para YMCA, que lhe confere projeção e referência internacional, a associação tem sido uma verdadeira força de mudança — um espaço onde crianças, jovens e famílias encontram oportunidades de crescimento, educação e participação ativa na vida da comunidade.

É importante enaltecer o papel central da YMCA Setúbal na cidade, promovendo projetos que combinam educação, desporto, cultura e inclusão social. Ao longo destes anos, a associação tem dado respostas concretas às necessidades de crianças, jovens e famílias, criando oportunidades de crescimento pessoal, fortalecendo a cidadania e aproximando pessoas e comunidades — sempre com solidariedade, compromisso e visão inovadora.

Na comunidade local, a YMCA tem desenvolvido um trabalho profundo e transformador, especialmente junto de bairros e famílias que mais necessitam de apoio. Com proximidade e atenção, tem oferecido acompanhamento social, educativo e formativo, criando espaços de convivência, aprendizagem e participação, e contribuindo de forma concreta para a integração social e o empoderamento das famílias. É neste contacto próximo que se revela o verdadeiro impacto da associação: transformar vidas e criar laços duradouros.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde a YMCA Setúbal neste aniversário e deseja que continue a ser um referencial de cidadania, de compromisso comunitário e de esperança, mantendo viva a missão que, há mais de cinco décadas, a distingue e a torna indispensável para todo o concelho de Setúbal”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Apresentou os seguintes votos de pesar, cujo originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 33 a 35.

“Voto de Pesar

Falecimento de guarda-redes de futebol de praia, Carlos Miguel. “Carlão”

A Bancada da CDU manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Carlos Miguel, estimado e enorme guarda-redes de Futebol de Praia, cuja dedicação e percurso marcaram de forma indelével o desporto e a comunidade local.

Conhecido carinhosamente como “Carlão”, Carlos Miguel distinguiu-se não apenas pelo seu valor desportivo, mas também pelo seu espírito de companheirismo, entrega e paixão pelo futebol, qualidades que o tornaram uma referência para colegas, amigos e todos quantos com ele privaram dentro e fora do campo.

A sua partida representa uma perda significativa para o São Domingos Futebol Clube, para o futebol de praia e para a comunidade desportiva, deixando uma memória que perdurará no tempo.

Neste momento de luto, a CDU endereça as mais sentidas condolências à família, amigos, colegas, ao São Domingos Futebol Clube e a todos os que partilharam com Carlos Miguel o amor pelo desporto, expressando a sua solidariedade neste momento de dor. Mais se propõe que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória”.

“Voto de Pesar

Falecimento de João Valente

A Bancada da CDU manifesta o seu mais profundo pesar e consternação pelo falecimento prematuro de João Carlos Martins Valente, aos 37 anos de idade, trabalhador do Departamento de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

A perda de um jovem no pleno vigor da sua vida constitui uma tragédia que ultrapassa o plano profissional. Mais do que um dedicado trabalhador municipal, João Valente era um jovem setubalense, com uma vida cheia de projetos e sonhos por concretizar, cuja partida

precoce deixa uma profunda marca de tristeza junto da família, amigos, colegas e de toda a comunidade.

Entre aqueles que com ele partilhavam o esforço diário, não se perde apenas um colega de trabalho, mas um amigo e companheiro de jornada, reconhecido pela sua alegria, espírito solidário e nobreza de carácter, qualidades que dignificavam o serviço público e o convívio humano.

Neste momento de dor e luto, as palavras são sempre insuficientes para colmatar o vazio deixado por quem parte cedo demais, quando ainda tanto tinha para viver e oferecer àqueles que o rodeavam.

Assim, a Coligação Democrática Unitária expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento de João Valente, endereçando à sua família enlutada, amigos e colegas de trabalho as mais sentidas condolências, desejando que encontrem algum conforto na memória do tempo e da vida partilhada.

Mais se propõe que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória”.

“Voto de Pesar

Falecimento de Maria Angélica

A Bancada da CDU manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Maria Angélica, fundadora e proprietária do restaurante “Delícia Caseira A Preta”, em Setúbal.

Maria Angélica foi uma mulher lutadora, trabalhadora e exemplo de coragem e determinação. Perante grandes dificuldades, e sem recursos nem apoios, encontrou no seu esforço, criatividade e perseverança a força necessária para construir o seu próprio sustento e garantir o futuro dos seus filhos.

Em 2004, transformou a sua própria casa — a sala de estar — num pequeno espaço de venda, onde começou a fazer e vender o hoje tão conhecido pão com chouriço, que rapidamente se tornou uma referência na cidade. Com trabalho árduo e dedicação, conseguiu vencer as adversidades e criar um negócio próprio, conquistando o reconhecimento e a estima de muitos setubalenses.

O seu percurso de vida é exemplo de resiliência, deixando uma marca que permanecerá na memória da comunidade.

Neste momento de luto, a CDU endereça à família, amigos e a todos os que com ela privaram as mais sentidas condolências, expressando solidariedade e respeito, desejando que encontrem conforto na lembrança da sua força, do seu exemplo e do legado que deixa.

Mais se propõe que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória”.

Sr. Vereador Edgar Jesus – Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 36.

“Voto de Pesar

João Valente (SMS)

Os Vereadores do CHEGA manifestam o seu profundo pesar pelo falecimento de João Valente, aos 39 anos, trabalhador do Departamento de Resíduos Urbanos dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

A sua morte prematura constitui uma perda irreparável para os Serviços Municipalizados de Setúbal e para todos os que com ele privaram ao longo do seu percurso profissional.

João Valente destacou-se pelo seu profissionalismo, dedicação e espírito de camaradagem, sendo amplamente reconhecido e estimado pelos seus colegas que com ele partilharam o dia a dia laboral.

Neste momento de profunda dor, endereçamos à família, amigos e colegas de trabalho as mais sentidas condolências, expressando a sua solidariedade por esta perda tão injusta e precoce.

Os Vereadores do CHEGA recomendam ainda aos Serviços Municipalizados de Setúbal que, tão breve quanto possível, se façam representar nas instalações do Parque Operacional de

Poçoilos, junto do grupo de trabalho de João Valente, como forma de proximidade institucional e conforto nesta fase particularmente difícil para todos os que com ele lidavam diariamente, propondo ainda a realização de um minuto de silêncio em sua memória.
Aprovado o presente Voto de Pesar, determina-se que o mesmo seja comunicado à família enlutada e aos Serviços Municipalizados de Setúbal”.

Sr. Vereador António Cachaço– Apresentou a seguinte recomendação, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 37.

“Recomendação

Programa Municipal de Fixação de Profissionais Públicos Essenciais

A fixação de profissionais essenciais no concelho é determinante para garantir a continuidade, qualidade e eficácia dos serviços públicos prestados à população.

Profissionais como médicos, enfermeiros, professores, agentes da autoridade (PSP e GNR) e bombeiros desempenham funções vitais que impactam diretamente a saúde, a educação, a segurança e a proteção civil da nossa cidade.

Considerando os elevados custos habitacionais em Setúbal, que dificultam a permanência destes profissionais, os Vereadores do Partido CHEGA recomendam que a Câmara Municipal crie um programa de disponibilização de habitações municipais a custos controlados, destinadas prioritariamente a estes grupos.

Objetivos da Recomendação:

- Garantir cuidados de saúde contínuos e de qualidade à população, mantendo médicos e enfermeiros no concelho.
 - Assegurar a segurança e proteção civil da cidade, através da retenção de agentes da autoridade e bombeiros.
 - Fortalecer a educação e o futuro das crianças e jovens, garantindo professores qualificados e comprometidos com as escolas do concelho.
 - Promover estabilidade e confiança nos serviços públicos, evitando rotatividade e escassez de profissionais que afetam diretamente a qualidade de vida dos setubalenses.
- A implementação e aplicação deste programa deverá ser executado nos seguintes moldes:
- Identificar e disponibilizar um número definido de habitações municipais a custos controlados, com prioridade para profissionais de saúde, agentes da autoridade, professores e bombeiros.
 - Definir critérios claros de elegibilidade e mecanismos de seleção transparente.
 - Estabelecer contratos de habitação vinculados à permanência mínima no concelho, garantindo eficácia e retorno do investimento público.
 - Avaliar periodicamente a capacidade do programa e ajustá-lo conforme a evolução das necessidades da cidade.

Entendemos que a implementação desta medida é simples e direta, representando uma intervenção eficaz da Câmara Municipal para garantir que Setúbal mantem os profissionais essenciais que cuidam da saúde, segurança e educação da população.

Assim, os Vereadores do CHEGA, recomendam que este documento seja apreciado com carácter prioritário, reforçando o compromisso do Executivo com a valorização e fixação de profissionais essenciais no nosso Concelho”.

Concluída a apresentação dos votos de pesar, a Senhora Presidente propôs a realização de um minuto de silêncio em memória de todos aqueles que haviam falecido.

O Senhor Vereador Nuno Costa - Prestou uma informação relativa à Praceta Carlos da Costa Frescata, referindo que a situação não se encontrava resolvida e, por isso, não deveria ser considerada como concluída ou encerrada.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 18/2026 – Proposta n.º 03/2026 – GAP – “Aquisição de Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Reparação de Viaturas, Máquinas e Equipamentos dos SMS” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. **Deliberação n.º 19/2026 – Proposta n.º 04/2026 – GAP – Orientações Estratégicas para a Revisão dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2026 – SMS - RETIRADA**

Sra. Presidente – Disse que relativamente à deliberação n.º 19/2026, consideravam que havia alguma redundância, era idêntica à que vinha a seguir, pelo que retiravam a proposta.

3. **Deliberação n.º 20/2026 – Proposta n.º 05/2026 – GAP – Orientações Estratégicas para a Revisão dos Tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2026 (Deliberação n.º 01-2026) - SMS**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 a 45.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, de uma forma geral, aquelas orientações pareciam fazer sentido. No entanto, apontou dois aspetos que, face à realidade — que não se limitava a Setúbal, mas se estendia a toda a Península de Setúbal — mereciam atenção, nomeadamente os custos tarifários, que considerava perfeitamente elevados e abusivos por parte da AMARSUL.

Referiu que, tendo em conta os encargos dessas tarifas impostos aos municípios, não fazia sentido, naquela fase, proceder a uma redução total da comparticipação municipal para estas tarifas. Informou que, no dia anterior, tinham tido oportunidade de se pronunciar sobre os tarifários em conferência de imprensa e que, mais adiante, voltariam a expressar-se sobre a proposta em análise.

Sublinhou que consideravam que o aumento da tarifa devia ser, em parte, suportado pelo município, prática comum até então, pois, caso contrário, Setúbal estaria a incentivar a não separação dos resíduos e a não adoção de critérios de reciclagem por parte dos municípios. Acrescentou que esta situação contribuiria para que mais resíduos fossem encaminhados para aterro e, quanto maior fosse a quantidade de lixo em aterro e menor a separação, mais elevadas se tornariam as tarifas, entrando-se num ciclo vicioso.

Salientou que era importante tratar a questão numa perspetiva supramunicipal, envolvendo a nova Comunidade Intermunicipal e a Área Metropolitana de Lisboa, de modo a encontrar uma solução que não afetasse apenas Setúbal e os setubalenses. Contudo, considerando que o município deveria continuar a suportar parte do custo do aumento da tarifa, concluiu que não podiam votar favoravelmente aquela proposta.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que também não acompanhavam aquela proposta e que iriam tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, referiu que as orientações da ERSAR constituíam precisamente isso — orientações — e não leis nem regras obrigatórias. Tratava-se de diretrizes que os municípios, no âmbito da sua autonomia política prevista na Constituição, podiam ou não aplicar.

Acrescentou que tinham algumas objeções relativamente a determinados aspetos, dando como exemplo a questão da redução total da utilização de recursos do orçamento municipal pelos Serviços Municipalizados. Consideravam que esta matéria cabia à autonomia dos executivos e, tendo em conta o que já havia sido afirmado, não deveria ser aplicada de forma intempestiva, pois implicaria um custo muito elevado para os munícipes.

Referiu ainda outra questão que lhes suscitava dúvidas: a da subsídição cruzada. Questionou se, caso se verificasse uma situação grave numa conduta ou noutra infraestrutura de saneamento e existissem fundos disponíveis provenientes do setor da água, os Serviços Municipalizados não deveriam utilizar esses fundos para resolver o problema de imediato, respondendo naturalmente que sim. Por isso, entendeu que a eliminação da subsídição cruzada deveria ser analisada com ponderação e critério, tendo em conta as circunstâncias do dia a dia, não devendo ser aplicada de forma rígida.

Sustentou que não eram os critérios de natureza financeira que determinavam a qualidade do serviço. Referiu que a qualidade do serviço dependia de critérios qualitativos, como a potabilidade da água, o nível de perdas, entre outros, sendo estes, na sua opinião, preponderantes face aos critérios financeiros no que respeita à avaliação da prestação do serviço.

Considerou que a aplicação das orientações da ERSAR, tal como estavam formuladas, conduziria inevitavelmente à imputação de todos os custos do serviço de forma intempestiva aos munícipes, situação com a qual não concordavam. Defendeu que, no âmbito da autonomia dos executivos, deveria existir alguma forma de subsídição ao serviço.

Acrescentou que o peso das tarifas estava relacionado com uma situação iniciada em 2016, com a privatização da AMARSUL. Desde então, até à data, a tarifa teria aumentado 225% para os municípios, algo que consideravam inaceitável, especialmente face à distribuição de dividendos — prática inexistente enquanto a empresa era pública, dado que todos os recursos gerados eram reinvestidos na própria operação.

Afirmou que este aumento constituía um escândalo e que deveria haver intervenção junto do Governo e da Ministra do Ambiente para resolução do problema. Destacou que não podiam simplesmente aceitar um aumento de tal dimensão — acrescido do aumento da TGR, que tinha triplicado — e imputá-lo integralmente aos munícipes. Considerava que a solução passaria por assegurar que a empresa, agora privada, não cobrasse aos municípios tarifas definidas unilateralmente e que, se existissem problemas de exploração ou custos adicionais, estes fossem geridos de forma justa, sem penalizar integralmente os municípios, o que, no seu entender, não era aceitável.

Concluiu afirmando que a CDU nunca se conformou com a privatização da empresa, não aceita os aumentos que considera obscenos e muito menos a sua imputação integral aos munícipes, pelo que, relativamente àquela proposta, não podia acompanhá-la.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que tinha ouvido o Senhor Vereador Joel Marques, do PS, afirmar que a Câmara deveria suportar uma parte daquele valor. No entanto, salientou que permanecia com uma dúvida, uma vez que, no mandato anterior, tinha sido deliberado nesta Câmara, por unanimidade, que a totalidade daqueles custos deveria ser transferida para os Serviços Municipalizados (SMS).

Acrescentou que se tratava de uma deliberação da Câmara à qual não tinha sido dado cumprimento. Recordou que a decisão fora votada por unanimidade, com os votos favoráveis dos vereadores do PS, da CDU e do PSD, mas que, apesar disso, o despacho não foi executado.

Explicou que a presente proposta surgia também como forma de dar cumprimento a esse despacho, no sentido de transferir o custo para quem efetivamente o gerasse, e não para todos os municípios.

Concluiu afirmando que era importante registar a necessidade de acomodar a decisão previamente tomada pela Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que era público que os tarifários aprovados nos últimos anos não cobriam integralmente o aumento dos custos com a tarifa de gestão de resíduos. Sublinhou que, sendo público que os tarifários não cobriam na totalidade o valor a pagar, também era público que existia uma subsidiação por parte do município. Acrescentou que estas situações resultavam igualmente de deliberações tomadas em reunião de Câmara, as quais produziam os respetivos efeitos legais e práticos.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que tais posições seriam antagónicas.

Sr. Vereador Joel Marques – Respondeu que, como o Senhor Vereador bem sabia, existiam deliberações que substituíam outras. Acrescentou que era igualmente do conhecimento público que os vereadores do Partido Socialista têm votado contra as propostas de tarifário, por entenderem que o aumento da tarifa de gestão de resíduos deveria ser inferior ao que vinha sendo proposto.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que a proposta do tarifário seria analisada mais adiante, mas que, de qualquer forma, a discussão se centrava naquela questão em particular.

Sr. Vereador Joel Marques – Respondeu que as propostas provavelmente poderiam ser analisadas praticamente em conjunto, uma vez que uma decorria da outra.

Sr. Vereador Bruno Russo – Disse que, relativamente à AMARSUL, concordava com o que o Senhor Vereador Joel havia referido: os custos eram abusivos e era reconhecida por todos a necessidade de intervir. Acrescentou que seria necessário procurar uma solução para a situação da AMARSUL e para os custos excessivos, mas que tal solução não se concretizaria com a Câmara a assumir integralmente a responsabilidade.

(intervenção inaudível)

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido reprovada, com 4 votos a favor do SET-V25, 2 abstenções do CH e 5 voto contra, 4 do PS e 1 da CDU.

4. Deliberação n.º 21/2026 – Proposta n.º 06/2026 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2026 (Deliberação n.º 02-2026) – SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se tratava de um orçamento elaborado com base numa proposta tarifária ainda não aprovada e que, em função do resultado da votação anterior, era provável que essa proposta também não viesse a ser aprovada. Contudo, afirmou que iriam analisar essa situação quando fosse oportuno.

Referiu que, com base naquela proposta de aumento tarifário, estimava-se um acréscimo nas vendas de bens e serviços correntes na ordem de 19,27%, valor que considerava significativo no contexto global do orçamento.

Acrescentou que o documento seria interessante caso tivesse condições de exequibilidade; no entanto, naquele momento, não sabiam se tais condições estariam garantidas. Esclareceu que tudo dependeria da aprovação do tarifário e que, caso este não fosse aprovado nos termos apresentados, o orçamento praticamente perderia validade, necessitando, portanto, de revisão.

Referiu ainda que tinha uma questão relacionada sobretudo com o Plano Plurianual de Investimentos, e não tanto com o restante documento. Essa questão prendia-se com a previsibilidade de investimento ao nível do saneamento em áreas ainda não servidas por rede, nomeadamente em zonas limítrofes, como Casais da Serra, onde continuavam a surgir novas urbanizações. Indicou que, naquele momento, estava a ser construída uma nova urbanização numa área ainda sem rede de saneamento.

Considerava que a rede de saneamento estaria concluída até às Aldeias da Piedade e à Portela, mas que ainda não alcançava os Casais da Serra. Assim, pretendia saber se existia alguma previsão para a expansão da rede até aos Casais da Serra num prazo razoável, bem como para outras zonas ainda sem saneamento básico, apesar de contarem com habitações devidamente licenciadas e muitas com as respetivas taxas pagas, cujas populações continuavam privadas de um direito humano fundamental: o acesso ao saneamento.

Sra. Presidente – Solicitou ao vogal do Conselho de Administração, que se encontrava informado sobre as previsões de investimento, que prestasse os esclarecimentos adequados sobre a matéria.

(intervenção inaudível)

Dr. José Alexandre – Disse que as questões estavam interligadas.

Referiu que, em resposta à questão concreta colocada pelo Senhor Vereador, para aquele ano não estava previsto o investimento específico mencionado, mas que estava programado realizá-lo ao longo do mandato em curso do Conselho de Administração, sendo algo já recenseado na área da Salmoura. Deu nota de que estava agendada uma reunião técnica na semana seguinte, destinada a preparar um conjunto de empreitadas que, naquele momento, não cobriam a totalidade da área a interencionar, mas que estavam, de facto, a diligenciar nesse sentido.

Relativamente à questão da ERSAR, explicou que as obrigações decorrentes das orientações estratégicas incluídas na proposta do tarifário, que seria analisada mais à frente, não se limitavam a diretrizes genéricas da ERSAR, mas resultavam também do cumprimento do princípio da legalidade, nomeadamente da Lei das Finanças Locais. Destacou que estava claramente plasmado, podendo referir concretamente onde se encontrava tal desiderato, que estavam obrigados a executar o trabalho necessário para assegurar o equilíbrio entre despesas e receitas, com base no tarifário.

Salientou que não se tratava de uma mera orientação transmitida pela ERSAR, mas sim de uma obrigação legal a que estavam sujeitos no âmbito da Lei das Finanças Locais.

Referiu que a questão que estava na génese da proposta, constante nos princípios de orientação e que refletia-se tanto no orçamento como no tarifário, partia de um pressuposto básico e essencial: a obrigatoriedade, no âmbito das exigências legais decorrentes do contrato celebrado com a AMARSUL, de pagar o serviço associado ao tratamento dos resíduos urbanos, responsabilidade que considerava indeclinável.

Explicou que, até ao momento, todas as propostas apresentadas desde a municipalização e a criação dos Serviços Municipalizados (SMS) não contemplavam a assunção dessa responsabilidade pelos SMS no pagamento da taxa de tratamento de resíduos. Apesar disso, continuava-se a cobrar a taxa proporcionalmente aos municípios, sem que o valor fosse efetivamente pago à entidade responsável pelo tratamento dos resíduos.

Alertou para a complexidade da situação, exemplificando que, caso a AMARSUL, face ao incumprimento dos SMS, decidisse não aceitar os resíduos para tratamento, surgiria um

problema sério sobre como proceder. Reconheceu que, embora as questões suscitadas fossem igualmente importantes, esta tinha implicações concretas e imediatas, tornando-se simultaneamente simples e complexa de gerir.

Enfatizou que todo o edifício apresentado — quer no plano, quer no orçamento, e até no próprio tarifário — assentava não apenas nos princípios estratégicos a que estavam obrigados, mas também na necessidade de cumprir esta responsabilidade fundamental. Concluiu que, naquele contexto, não estavam a pagar aquilo a que estavam legalmente obrigados, o que os colocava perante um conjunto de dificuldades significativas.

Referiu que toda a estrutura dos documentos relativos a esta matéria, incluindo o próprio orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, e, por maior razão, o tarifário, assentava num conjunto de princípios, nomeadamente o do equilíbrio financeiro dos serviços. Explicou que este princípio refletia a ideia de que os Serviços Municipalizados (SMS) deveriam ser capazes de assegurar autonomamente as despesas inerentes aos seus serviços, no cômputo global das obrigações assumidas, situação que, naquele momento, não estava garantida.

Em segundo lugar, salientou a importância de manter o princípio do equilíbrio dos valores das faturas e a acessibilidade económica dos serviços para os clientes domésticos, que constituíam cerca de 87% do total de clientes. Esclareceu que a proposta apresentada à Câmara Municipal, sobretudo no que respeita ao tarifário e aos custos de maior relevância, incidia essencialmente sobre os consumidores não domésticos.

Para contextualizar, forneceu alguns dados: o total de clientes dos SMS ascendia a aproximadamente 70.666, sendo que os clientes domésticos, maioritários, correspondiam a cerca de 62.244, sobre os quais a proposta de tarifário teria um impacto praticamente residual.

Referiu que qualquer acréscimo relativo aos encargos com o tratamento de resíduos urbanos incidia sobretudo sobre os clientes não domésticos, que correspondiam a cerca de 13% do total de clientes, ou seja, 7.154 clientes.

Explicou a decomposição desse universo:

- Clientes com consumos superiores a 15 metros cúbicos: 110 entidades, incluindo algumas sem fins lucrativos. Para estas, o impacto da tarifa e do acréscimo proposto era praticamente nulo, uma vez que podiam solicitar a aplicação da tarifa social de resíduos, pagando, assim, valores equivalentes aos dos clientes domésticos.
- Outros clientes não domésticos, classificados como comércio, condomínios, garagens, etc., totalizando 7.154 entidades (aproximadamente 14% dos clientes), distribuíam-se da seguinte forma:
 - 3.858 com consumos até 5 metros cúbicos, essencialmente pequeno comércio, com aumentos médios aproximados de 24 euros;
 - 1.275 com consumos até 10 metros cúbicos, incluindo hostéis, alojamentos locais e alguns restaurantes;
 - 652 com consumos até 15 metros cúbicos, nomeadamente ginásios e superfícies comerciais.

Deste modo, o impacto mais significativo do acréscimo da tarifa incidia sobre um grupo relativamente restrito de clientes não domésticos, mantendo-se quase nulo para entidades sem fins lucrativos.

Acrescentou que existiam ainda cerca de 1.369 clientes com consumos superiores a 15 metros cúbicos, correspondendo essencialmente a indústrias, grandes superfícies comerciais, hospitais e entidades similares.

Explicou que, no âmbito da proposta apresentada, foi adotada uma opção deliberada — reconhecendo que outros municípios poderiam ter seguido caminhos diferentes — de, no universo total de clientes, fazer incidir o maior impacto sobre aqueles cujos consumos não estavam diretamente associados ao consumo humano essencial, como alimentação ou uso doméstico corrente, mas sim a atividades com maior intensidade de utilização de água.

Sublinhou que houve, assim, uma opção clara de não onerar significativamente os cerca de 87% de clientes domésticos anteriormente referidos, procurando antes que os cerca de 13%

de clientes com consumos para outras finalidades suportassem, em maior medida, o impacto decorrente da proposta tarifária.

Referiu que os próprios serviços já estavam a desenvolver um exercício que não foi possível integrar na proposta em análise, uma vez que implicaria a alteração do regulamento aplicável. Explicou que esse trabalho visava introduzir maior progressividade e equidade, mesmo no universo dos clientes não domésticos, permitindo distinguir entre diferentes tipologias, como comércio e serviços, indústria e instituições. Indicou que esse caminho já estava a ser preparado, mas não foi ainda formalizado devido aos constrangimentos regulamentares existentes.

Acrescentou que procuraram apresentar uma proposta assente na realidade objetiva. Referiu que outros municípios adotaram soluções distintas, como o aumento do tarifário da água, questionando se tal seria justo, uma vez que implicaria repercutir esse aumento sobretudo nos consumidores domésticos, quando os maiores consumos de água para fins não diretamente associados ao consumo humano se verificavam no setor não doméstico.

Salientou que a opção seguida era tão legítima quanto outras possíveis, mas que respondia a uma preocupação fundamental: cumprir a lei e assegurar o pagamento dos serviços prestados no âmbito da AMARSUL, evitando o risco de incumprimento e as consequências daí decorrentes.

Referiu ainda que houve uma preocupação evidente, refletida na proposta de tarifário, em manter os mecanismos de proteção social, designadamente o tarifário social, que abrange cerca de nove mil clientes. Destacou que, apesar da necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações legais e o equilíbrio entre as várias componentes tarifárias — água, águas residuais e resíduos urbanos —, se procurou não descurar a proteção dos municípios em situação de maior vulnerabilidade social.

Referiu que a proposta de orçamento, para além de procurar assegurar a autossustentabilidade dos serviços, incluía um conjunto relevante de investimentos, advertindo que, caso o orçamento ou o tarifário não viessem a ser aprovados, muitos desses investimentos, considerados cruciais, poderiam ficar comprometidos.

Salientou que a redução da produção de resíduos constitui já uma prioridade, devendo ser intensificada e aperfeiçoada, tendo em conta os elevados custos associados à deposição de resíduos urbanos, que considerava inoportunos para os serviços, para a Câmara Municipal e, em última instância, para os municípios.

Informou que o trabalho de sensibilização para a redução de resíduos se encontrava em curso e vinha sendo reforçado. A título de exemplo, referiu que, no âmbito do projeto de biorresíduos, existiam já 110 restaurantes aderentes, o que representava uma redução significativa de resíduos encaminhados para aterro, passando estes a ser tratados de forma diferenciada.

Acrescentou que foram realizados investimentos na aquisição de equipamentos, nomeadamente cerca de 900 contentores, dos quais 800 de 120 litros e 100 de 240 litros, destinados a apoiar a implementação do referido projeto.

Referiu ainda que estavam a desenvolver ações junto das escolas e das comunidades, bem como a estudar formas de promover a adesão, sobretudo dos utilizadores não domésticos até determinado nível de produção de resíduos, atendendo a que, acima de certos limiares, essa responsabilidade já não lhes compete. Indicou, igualmente, que estavam a analisar a possibilidade de introduzir mecanismos de redução na fatura para os utilizadores que aderissem a projetos de diminuição da produção de resíduos, em articulação com os serviços. Referiu que existia um esforço no sentido de imputar os custos a quem efetivamente produzia mais resíduos. Explicou que a estrutura tarifária se encontrava interligada, nomeadamente entre as águas residuais e os resíduos urbanos, sendo desenvolvido um trabalho contínuo, de forma positiva, para promover o envolvimento das comunidades em diversos projetos.

Salientou que se tratava de um processo contínuo, nunca concluído, mas que se encontrava em desenvolvimento e devidamente equacionado. Acrescentou que a eventual não aprovação do tarifário poderia colocar em causa algumas dessas orientações e princípios que os

serviços procuraram refletir na proposta apresentada, quer no orçamento, quer no plano e no próprio tarifário submetido à apreciação.

Sra. Presidente – Questionou se os senhores vereadores tinham mais alguma questão a colocar, seja do ponto de vista técnico, seja relativamente à proposta de orçamento ou ao tarifário, os quais já tinham sido devidamente explicados.

Sr. Vereador Joel Marques – Agradeceu a explicação prestada pelo Dr. José Alexandre. Referiu que, relativamente ao orçamento, sentiam-se esclarecidos; quanto ao tarifário, considerava que a discussão poderia ser feita no momento próprio da apreciação da proposta. Acrescentou, porém, que não era despidendo o aumento de 37,5% na tarifa dos resíduos sólidos urbanos para os consumidores domésticos, ou seja, para as famílias, correspondendo esse percentual a um acréscimo significativo.

Sra. Presidente – Esclareceu que o aumento de 37,5% no tarifário dos resíduos sólidos urbanos referia-se, na verdade, aos consumidores não domésticos, e não às famílias ou clientes domésticos.

Sr. Vereador Joel Marques – Esclareceu que, na realidade, o aumento de 37,5% referia-se aos clientes domésticos, conforme constava na proposta, e que o tema seria debatido com maior detalhe no momento da discussão formal da proposta.

Sr. Vereador Nuno Costa – Esclareceu que concordavam com o pagamento e a transferência para os Serviços Municipalizados, mas salientou que essa operação não podia ser feita de forma intempestiva. Defendeu que deveria ser gradual e progressiva, evitando que os custos fossem imputados de uma só vez aos munícipes. Por essa razão, manifestou que não acompanhavam a proposta apresentada, uma vez que a estrutura da receita implicava a transferência imediata desses encargos para os setubalenses.

Sr. Vereador Paulo Maia – Agradeceu a explicação prestada pelo Dr. José Alexandre e registou com estranheza as declarações do Senhor Vereador Nuno Costa. Referiu que concordavam com o pagamento, mas recordou que, no executivo da CDU, não foram pagos 20 milhões de euros à AMARSUL, valores que constavam do orçamento da Câmara. Salientou que a proposta em análise visava permitir que o pagamento fosse efetuado pelos Serviços Municipalizados, com a Câmara a assumir o pagamento referente ao período de junho a dezembro de 2025. Assim, para cumprir a deliberação, a Câmara assumiria a dívida já registada e em decisão final de 20 milhões de euros, acrescida do pagamento de seis prestações de 600 mil euros cada uma, 2,4 milhões de euros. Tratava-se de um custo imputado à Câmara Municipal, que pretendiam pagar, mas que tinham de efetuar o pagamento daquilo que não foi feito e que não estava a ser feito, e que o Dr. José Alexandre lhes tinha explicado, alertando que, se um dia se fecha a porta como é que resolveriam essa questão.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que o senhor Vereador, porventura, não sabia, mas que não tinha sido no mandato passado que se decidiu deixar de pagar à AMARSUL, mas sim no anterior. Referiu que a primeira injunção da BFF — empresa à qual a AMARSUL passou a dívida — era do início de 2022, o que provava quando tinha começado o processo. Mencionou que se tinha deixado de pagar à AMARSUL ainda antes do penúltimo mandato e que a AMARSUL enviou a dívida para uma empresa financeira, a BFF. Acrescentou que era óbvio que qualquer município deveria fazer o que o Município de Setúbal fez, isto é, não reconhecer as faturas da BFF ao Município, porque a BFF não era fornecedora do Município e porque essa situação transformava a dívida a um fornecedor numa dívida financeira, facto que, aliás, levou à inscrição da Câmara de Setúbal no Banco de Portugal.

Assim, afirmou que não eram contas que tinham começado tortas no mandato passado, mas sim no anterior. Explicou que, no mandato passado, a propósito dessa primeira injunção, o processo tramitou em tribunal. Disse não saber se já tinha ou não terminado, mas que foi tramitando até que haveria de chegar ao fim e teria de ser pago.

Concluiu dizendo que as coisas não eram exatamente como estava a ser dito, pois a dívida não era toda do mandato passado. Houve um processo a tramitar e essa primeira decisão era ainda do mandato anterior.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que o senhor Vereador se tinha equivocado, pois não tinha falado do mandato passado, mas sim da CDU. Acrescentou que o senhor Vereador estava nervoso e afirmava que tudo era contra o mandato passado, mas que não era isso que tinha dito, pois se referira à CDU.

Referiu que a questão da AMARSUL existia e que todos sabiam que existia. Considerou, portanto, que não se devia fazer uma despcienda dessa dívida, pois ela existia e era necessário enfrentá-la de frente. Acrescentou que todas as decisões tomadas naquela Câmara tinham impacto financeiro. Referiu ainda que decisões tinham existido neste mandato, no anterior e em muitos outros. Todas as decisões tomadas naquela Câmara tinham um impacto financeiro, e aquela também iria ter, como todas as que tomassem ali, iriam ter custo futuro, iriam ver como é que ele iria ser.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que se mostrava sensível às palavras do Senhor Vereador. Quanto à questão de os processos serem da CDU, não havia dúvidas: os processos eram o que eram, tinham sido tomadas decisões, tramitaram em tribunal e, quando chegasse a sua conclusão, seria necessário lidar com ela.

Explicou que a grande diferença no mandato anterior, relativamente aos fornecedores, dizia respeito sobretudo à AMARSUL. Contudo, salientou que, embora a dívida à AMARSUL no final de 2025 fosse de 17 milhões de euros, o saldo final do exercício ascendia a 23 milhões de euros, pelo que a “irresponsabilidade” mencionada não era a que se queria transmitir.

Concordou que as questões deviam ser tratadas e pagas e considerou adequado que a referida fatura passasse a ser liquidada pelos Serviços Municipalizados.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que lhe aprazia registar o reconhecimento de que as dívidas deviam ser pagas pelos Serviços Municipalizados, sublinhando que este era também o entendimento deles. Acrescentou, porém, que não tinha feito qualquer distinção entre mandatos, sendo que quem tinha mencionado a questão do mandato anterior fora o Senhor Vereador da CDU.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que havia ficado um equívoco na sala que era necessário esclarecer.

Sra. Presidente – Afirmou que integrou a CDU com muito orgulho, não a renegava nem jamais renegaria essa pertença.

Esclareceu que as faturas precisam de ser validadas e que o senhor Vereador deveria dirigir-se à CDU para saber quem detinha a responsabilidade daquele pelouro e por que motivo as faturas não eram validadas, impedindo assim o seu envio para pagamento. Salientou que ela própria não tinha essa responsabilidade, nem era titular daquele pelouro.

Sublinhou que a maior parte da dívida dizia respeito aos últimos quatro anos, período em que se verificou inércia e incompetência administrativa.

Explicou que a CDU, na altura da transferência da dívida para a AMARSUL, havia aprovado por unanimidade uma deliberação determinando que os SMS passariam a pagar as faturas. Contudo, essa decisão não foi cumprida, configurando-se um “esconder da dívida”.

Detalhou que atualmente estavam a resolver a situação com apoio de advogados, realizando reuniões com a AMARSUL para negociar a dívida de cerca de vinte milhões de euros junto de

outro banco, com o objetivo de obter uma taxa de juro mais baixa. Esclareceu que o capital da dívida permanecia, mas procurava-se reduzir os encargos com juros.

Confirmou que os SMS já tinham começado a pagar pontualmente desde novembro, estando todas as faturas do atual mandato a ser liquidadas corretamente e dentro dos prazos.

Destacou que havia uma clara intenção de cumprir os pagamentos pontualmente, lembrando que era necessário assegurar os salários de 354 trabalhadores dos Serviços Municipalizados (SMS), bem como cobrir a manutenção das máquinas e outras obrigações herdadas, garantindo, assim, que os serviços funcionassem com segurança e qualidade para a população.

No mandato em curso, havia um compromisso específico com a Salmoura, enquanto os Casais da Serra não estavam previstos para intervenções naquele ano. Explicou que a situação da Salmoura era complexa e, para identificar os problemas, foi elaborado um Plano de Pormenor, custeado com apoio da Coca-Cola e de outras empresas da região. Esse plano estava pronto para execução, contemplando saneamento, pluviais e abastecimento de água, com custo estimado em cerca de treze milhões de euros.

Assegurou que as preocupações dos moradores eram legítimas: já haviam sido ouvidos na Assembleia Municipal, feito reuniões com a Câmara e a Junta de Freguesia, e estavam preparados para definir a partilha das responsabilidades financeiras entre a Câmara, os SMS e eventuais candidaturas a apoio externo. Concluiu que, caso o orçamento ou o tarifário não fossem aprovados, esses projetos importantes poderiam ficar comprometidos, destacando a importância da quota-parte dos SMS para viabilizar as obras.

(intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Esclareceu que precisava situar a questão, pois tinha sido mencionada a área dos Casais da Serra, mas que, naquele ano, as intervenções previstas seriam realizadas na Salmoura.

Informou que a zona de Azeitão era a mais problemática, com muitas áreas necessitando de requalificação da rede devido à sua antiguidade. Destacou que, na zona da Gâmbia, ainda havia intervenções pendentes, também muito atrasadas.

Alertou os vereadores para a necessidade de equilibrar despesas e receitas, salientando ainda o aumento significativo do número de trabalhadores, pedindo especial atenção para este fator na gestão financeira e operacional dos Serviços Municipalizados.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que atribuir a responsabilidade ao Vereador do Ambiente não era apropriado. Esclareceu que a decisão de não efetuar o pagamento à AMARSUL cabia à Senhora Presidente, que detinha o pelouro financeiro como Presidente da Câmara, sendo, portanto, a responsável por qualquer problema relacionado com um pagamento daquela dimensão.

Sra. Presidente – Disse que não o reconhecia, era estranho.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que a Senhora Presidente tinha afirmado que os SMS já tinham assumido o compromisso de pagamento desde o início do ano, o que era um facto. Contudo, salientou que a Câmara tinha a responsabilidade de efetuar os pagamentos correspondentes a setembro, outubro, novembro e dezembro, refletidos no orçamento — quatro faturas de 600 mil euros cada. Assim, o valor da injunção cobria até junho de 2025, e de julho a dezembro de 2025 existia o compromisso da Câmara de realizar esses pagamentos.

Acrescentou que o Vereador da CDU havia mencionado que a decisão de não pagar era anterior ao mandato, distinguindo os dois períodos, embora não soubesse a razão. Recordou, ainda, que naquele mesmo dia, e na Câmara, tinha sido referido que o aumento exponencial

das tarifas ocorreu após a entrega das Águas do Sado aos Serviços Municipalizados, sendo esse fator determinante para o crescimento da dívida.

Sra. Vereadora Maria do Carmo – Referiu que, relativamente aos Casais da Serra, conhecia bem o processo. Informou que estavam a surgir novas habitações, mas salientou que se tratava de um projeto muito antigo, cuja necessidade de saneamento e demais infraestruturas já se fazia sentir há anos.

Acrescentou, de forma crítica, que naquele dia tinha aprendido algo: se não cumprisse as suas obrigações, poderia sempre atribuir a culpa à Senhora Presidente.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, com 4 votos a favor do SET-V25, 6 abstenções, 4 do PS e 2 do CH e 1 voto contra, da CDU.

5. Deliberação n.º 22/2026 – Proposta n.º 07/2026 – GAP – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2026 (Deliberação n.º 03-2026) - SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 48 a 50.

Sra. Presidente – Disse que, nos últimos três anos, desde o retorno da gestão pública dos SMS, se verificou um aumento no mapa de pessoal. Este incremento foi justificado pelo redimensionamento das equipas, que estavam subdimensionadas durante a gestão da concessionária, e pela necessidade de implementar serviços com competências específicas da administração pública, como a contratação pública, procedimentos concursais e outras matérias não existentes na gestão privada.

Para 2026, o mapa de pessoal estabiliza, prevendo-se um aumento de lugares apenas em serviços com expansão da atividade, nomeadamente na área dos resíduos urbanos. Isto inclui a internalização de serviços anteriormente realizados por empresa privada, como a recolha de resíduos indiferenciados enterrados e semienterrados, bem como a execução de outros trabalhos, como a recolha de monos, resíduos verdes e da construção civil, e o alargamento da recolha de biorresíduos em áreas residenciais e de restauração.

A proposta contemplava, assim, a criação de novos lugares para assistentes operacionais, tanto para a condução de viaturas e equipamentos de remoção e recolha, como para profissionais diretamente envolvidos na recolha dos resíduos.

Sr. Vereador Nuno Costa – Deu nota de que os mapas de pessoal, pelo menos no contexto das autarquias, devem ser votados em conjunto com os orçamentos. Referiu que, no caso dos Serviços Municipalizados, não tinha certeza se a mesma regra se aplicava, mas tinha essa ideia. Acrescentou, contudo, que o objetivo era avançar com a proposta e que não se deveriam prender demasiado a essa questão.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 23/2026 – Proposta n.º 08/2026 – GAP – Tarifário de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Urbanos no Concelho de Setúbal para 2026 (Deliberação n.º 04-2026) – SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52.

Sra. Presidente – Disse que, à semelhança dos anos anteriores, era necessário atualizar o tarifário dos Serviços Municipalizados, nomeadamente no que respeita aos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos, de forma a garantir a continuidade, a qualidade e a sustentabilidade económica e ambiental destes serviços essenciais. Para o efeito, foi desenvolvida uma análise detalhada dos custos efetivos no ano transato, bem como uma projeção dos custos futuros associados à operacionalização dos serviços, incluindo as necessidades de investimento previstas, as exigências regulamentares e as expectativas da população. Era preciso assegurar a autossustentabilidade dos Serviços Municipalizados, garantindo que os custos associados à deposição e tratamento de resíduos pela AMARSUL se encontrassem integralmente refletidos nas despesas de exploração para 2026, dando cumprimento às orientações da ERSAR, que determina que as tarifas têm de refletir os custos da operação.

Referiu que a proposta de tarifário tinha em consideração os seguintes princípios fundamentais:

- Garantia de que cerca de 87% dos consumidores – sessenta e dois mil, num total de setenta mil – não teriam qualquer alteração no valor da fatura mensal, além do correspondente à inflação estimada, que seria cerca de um euro por mês face a 2025;
- Manutenção integral das condições da tarifa social automática, assegurando que os consumidores economicamente mais vulneráveis – cerca de nove mil clientes – não sofreriam qualquer aumento no valor da sua fatura mensal;
- Atualização do tarifário por força da atualização do valor da inflação, por imperativo da entidade reguladora e por imperativo de uma gestão rigorosa e responsável;
- A proposta assegura a totalidade dos custos da operação e se mantenha sem alterações o valor médio da fatura mensal paga pela maioria dos clientes, nomeadamente pelos consumidores domésticos e os abrangidos pela tarifa social;
- Procedimento de ajustamento tarifário mais significativo nos consumos considerados elevados, ou que se destinam prioritariamente ao consumo humano, promovendo maior equidade e responsabilização ambiental.

Sr. Vereador Bruno Russo – Disse que a necessidade de refletir nas tarifas os custos reais da operação com o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, deposição e tratamento de resíduos não era apenas uma indicação da entidade reguladora, mas uma regra simples, inultrapassável de governação de qualquer instituição. O valor a pagar pelo cliente tinha que cobrir o custo dos serviços prestados, para pagar aos fornecedores, às pessoas que trabalham nas instituições e garantir os serviços.

Referiu que o PS e a CDU anunciaram que iam votar contra a proposta, mas que, ao votarem contra, se não queriam que fossem os clientes dos Serviços Municipalizados a pagar este serviço, teriam de dizer quem iria pagar, porque os custos não iam desaparecer. Lembrou que a CDU teve como grande bandeira do mandato anterior os Serviços Municipalizados, e que concordava com a gestão pública destes serviços essenciais, afirmando que iria mantê-los. No entanto, explicou que a gestão da CDU nestes serviços funcionou assim: recebeu as tarifas dos consumidores para o tratamento dos resíduos, mas não pagou ao fornecedor que trata os resíduos, durante os últimos três anos. Por isso, havia uma dívida à AMARSUL, empresa que trata os resíduos, de vinte milhões de euros – “*assim é fácil gerir*”: só há receita, não há despesas, recebe-se o dinheiro dos clientes, mas não se paga aos fornecedores.

Considerou isto a irresponsabilidade danosa da gestão da CDU no mandato passado: proclamam defender o serviço público, mas contribuem para desprestigiar e desvalorizar os serviços prestados à população, porque era a população do concelho de Setúbal que, infelizmente, iria pagar o desastre da governação da CDU na Câmara e nos Serviços Municipalizados no mandato anterior.

Afirmou que tanto a CDU quanto o PS sabiam que não era sustentável nem legal que as câmaras municipais subsidiem o financiamento dos Serviços Municipalizados. Por esta razão, e depois dos alertas da ERSAR, as câmaras municipais da região estão a atualizar as tarifas. Referiu que, ainda há dias, a Câmara da Moita, gerida pelo PS, atualizou as tarifas; e a

Câmara do Seixal, gerida pela CDU, também o fez. Salientou que, ali, o PS e a CDU prestaram este mau serviço aos setubalenses com irresponsabilidade, apenas para ficarem bem na fotografia, mas plenamente conscientes das gravosas consequências do seu voto contra.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que ficavam a saber que tinham naquela Câmara vereadores mais fotogénicos do que outros.

Relativamente à proposta de tarifário, ressaltou que, efetivamente, se registava uma proposta de redução naquilo que era o tarifário da água, com impacto particular nos dois primeiros escalões. No entanto, no que respeitava ao saneamento e aos resíduos, havia aumentos significativos, acima dos valores da inflação.

Referiu que tinha sido prática nos últimos mandatos que as alterações de tarifário viessem acompanhadas de uma tabela comparativa, com indicação das percentagens de aumento. Sugeriu que, nos próximos anos, isso pudesse voltar a acontecer, aliás já neste ano, porque presumia que teriam de rever a tabela de taxas da Câmara Municipal de Setúbal e, portanto, seria uma boa prática que deveria ser mantida.

Independentemente disso, aquilo que tinham ali, ao contrário do que aconteceu nos mandatos anteriores, em que se manteve uma atualização, particularmente na água e no saneamento, em linha com a taxa de inflação — e em que, na tarifa relativa aos resíduos, o aumento era superior, apesar de terem entendido sempre que deveria também ser em linha com a inflação —, o que tinham agora de proposta era um aumento, no que respeitava ao saneamento, de 7,02% na tarifa de disponibilidade, que teria de ser paga consumindo ou não água, e de 5% nos dois primeiros escalões.

No que respeitava aos resíduos, independentemente do consumo — porque a tarifa de disponibilidade também aumentava na mesma proporção —, tinham um aumento de 37,5%. Estavam a falar apenas de utilizadores domésticos, fazendo aquela comparação olhando para aquilo que era o grosso dos consumidores: uma família comum que consumisse por mês 12 ou 12,5 metros cúbicos. Não lhe parecia que fosse um consumo descabido e não estavam sequer a olhar para quem tivesse outro tipo de utilizações, como rega ou jardins; estavam a olhar para uma família de classe média que fazia um consumo relativamente regrado.

Tinham ali, efetivamente, um aumento que consideravam significativo no total da fatura, e esse aumento decorria, acima de tudo, desta atualização que consideravam excessiva da tarifa relativa aos resíduos.

Registou também que, ao contrário do que acontecia no tarifário em vigor, este tarifário proposto não refletia no consumidor a TRH sobre a água, refletindo apenas a TRH sobre o saneamento. Tinha percorrido o tarifário e não tinha encontrado essa referência, presumindo que tivesse sido uma opção, a qual não tinha considerado nos cálculos e na análise que tinha efetuado.

Por outro lado, noutras tarifas, como era o caso das tarifas de serviços auxiliares, havia diferenças que não se conseguiam justificar e para as quais, pelo menos, não encontrava uma racionalidade económica, que era aquilo que lhes interessava acima de tudo quando olhavam para um tarifário.

As tarifas de serviços auxiliares, no que respeita aos resíduos, mantinham-se exatamente iguais. Já as tarifas de serviços auxiliares de abastecimento de água tinham aumentos muito significativos. Deu um exemplo: quem pretendesse solicitar uma informação de cadastro aos Serviços Municipalizados — uma informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização — não estavam a falar de um serviço que tivesse tido um aumento daquilo que era custo da sua prestação que seja significativo, a não ser talvez os aumentos regulares dos custos dos consumíveis, dos custos da eletricidade ou do salário do trabalhador que procura a planta de cadastro e a envia ao consumidor que a solicita. Esse custo, por exemplo, passava de vinte e nove euros, valor base — ao qual depois era necessário somar o IVA —, para setenta euros no novo tarifário. Era um aumento para mais do dobro. E, como este, havia vários outros.

Disse que não conseguia perceber qual era a racionalidade económica desta duplicação. Sabiam que isto não era o grosso da receita dos serviços, nem o grosso daquilo que era o custo para os consumidores, mas, independentemente disso, quando se faz um ajustamento tem de haver uma racionalidade económica por trás.

Quando falavam destas tarifas tinham de ver, acima de tudo, aquilo que elas deveriam representar, que, no entendimento deles, deveria ser o mesmo que representa uma taxa. A taxa deve refletir aquilo que é o custo da prestação do serviço, e aquela tarifa deveria seguir o mesmo princípio.

Disse não acreditar que procurar uma planta de cadastro tivesse um custo de vinte e nove euros e, muito menos, que representasse um custo de setenta euros para os Serviços Municipalizados. E, como este, havia vários outros exemplos naquilo que era aquela alteração tarifária.

Portanto, tendo isso em consideração — a falta de racionalidade económica perceptível nesta alteração, bem como a falta de racionalidade económica e, para eles, também social na alteração do tarifário dos resíduos sólidos urbanos —, disse que percebiam claramente qual era a intenção, mas discordavam dela, a porque os municípios podem naturalmente cobrir, através do orçamento municipal, os resultados de exploração negativos dos Serviços Municipalizados, da mesma forma que integram os resultados de exploração positivos. Assim, entendiam que essa prática se deveria manter, porque era legal e não configurava qualquer incumprimento da lei que o município suportasse uma parte desse valor, cobrindo um resultado negativo de exploração dos Serviços Municipalizados decorrente exclusivamente desta questão, ou seja, do não reflexo integral da taxa de gestão de resíduos nos consumidores.

Tendo isso em consideração, e tal como já tinham tido oportunidade de dizer, votavam contra esta proposta.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que, para deixar claro, com outra racionalidade e com outras tarifas — como tinha sido demonstrado, não iria repetir — estavam de acordo que este caminho fosse sendo feito progressivamente. Referiu que o Vereador Bruno Russo já tinha uma intervenção preparada e a leu na mesma, ignorando a discussão que tinha sido feita.

Reiterou, no entanto, que estavam de acordo com que este caminho fosse feito de forma progressiva e não aplicado de forma intempestiva aos bolsos dos setubalenses. Considerava, por isso, que havia um caminho a fazer e que deveria ser seguido, mas com racionalidade. Por esse caminho estavam disponíveis; desta forma, com estes valores e com um aumento da fatura desta natureza, não estavam de acordo.

Sr. Vereador Bruno Russo – Dirigindo-se ao Vereador Nuno referiu que era verdade, a intervenção já estava pré-preparada, tal e qual como muitas da CDU, mas tinha sido reajustada para o momento. Todos os Vereadores traziam intervenções preparadas e a sua também estava pré-preparada e tinha sido reajustada para o momento. Era apenas para o corrigir.

Sra. Presidente – Referiu que pedia desculpa, mas iria pedir novamente a ajuda do Dr. José Alexandre, porque aqueles números todos tinham sido preparados e muito bem, pelos técnicos, também estavam ali outros técnicos dos SMS e, portanto, tinha a responsabilidade.

Dr. José Alexandre – Referiu que se tinha esquecido, e teria que corrigir, de não ter referido inicialmente na sua intervenção, um agradecimento aos dirigentes e aos técnicos dos Serviços Municipalizados de Setúbal que se tinham empenhado de uma forma muito denudada na construção e no tubo do trabalho técnico, que tinha levado à apresentação desse conjunto de documentos e instrumentos de gestão que tinham ali sido e estavam a ser presentes. Pedia desculpa por não o ter feito inicialmente, mas achava que era justo fazê-lo. Começando pela parte final, efetivamente havia ali aquela menção às tarifas e aos serviços auxiliares, era um facto, também era verdade que o peso dessas tarifas no cômputo geral era,

diria, residual. Sem desprimito disso, de qualquer das formas de facto tinha havido um lapso, que assumia, por não terem juntado a demonstração económico-financeira que tinha levado ao apuramento desses dados. Mas tinha sido feito, tinha sido refletido pelos serviços internamente, tal como todas as outras variáveis que ali estavam. Depois, referiu que achava que era importante enfatizar alguns aspetos, para além das questões dos números - e nessas coisas os números não estavam errados, às vezes as interpretações que faziam dos próprios números e a leitura é que era diferente - e gostava de partilhar aquilo que tinha sido a reflexão que os próprios tinham feito nos Serviços Municipalizados, a propósito do tarifário, e iam ver. Era muito fácil - e por isso é que tinha começado por dizer que a resposta e a justificação desse tarifário podia ser relativamente simples ou relativamente complexo de ser feito - seria muito simples se se limitassem a dizer, não deixando de ser verdade, que tendo por base um princípio que pensavam que era correto de uma adequada gestão de todas as variáveis que integravam o preço e compunham os tarifários, que pudessem ter um equilíbrio relativamente ao peso que cada um desses vetores tinha no cômputo geral do tarifário. Como sabiam, o peso da água no anterior mandato, por exemplo, tinha um peso excessivo de cento e quarenta e dois por cento no cômputo geral. Isso não lhe parecia que fosse, com o devido respeito, um princípio de boa gestão. Porque a verdade era que os resíduos tinham um peso de 0,65 ou 67%. Ou seja, para dizer que estavam perante um tarifário bastante desequilibrado naquilo que era a sua operação económico-financeira, como se perceberia. Ainda assim, referiu que gostaria de partilhar com os demais o seguinte: tinha havido um conjunto de princípios fundamentais na estruturação e nessa proposta, que tinham passado por três ou quatro ideias fundamentais, algumas já tinha aflorado, mas pensava que era importante, ainda assim, aprofundar ali alguns aspetos. Primeiro, tinha havido uma procura - e isso era importante que se dissesse do ponto de vista que tinha sido procurar manter o valor médio da fatura mensal paga pela grande maioria dos clientes domésticos, cerca de sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro clientes, de um total de setenta mil, seiscentos e sessenta e seis. Não era demais sublinhar que, efetivamente, o acréscimo mensal na fatura - não diria da água - da fatura ambiental, tinha efetivamente um peso bastante reduzido face àquilo que estavam a falar, diria mesmo dos seus cálculos, era quase dois euros. No conjunto desses oitenta e sete por cento era uma coisa que tinha procurado responder efetivamente quase à questão da variação da inflação, pouco mais. Mas mais, tinham procurado preservar integralmente as condições da tarifa social automática, não prejudicando e assegurando que os consumidores economicamente mais vulneráveis - e estavam a falar de nove mil - não sofressem qualquer impacto com o tarifário que era proposto. Mais, a garantia de que oitenta e sete por cento dos clientes, aproximadamente quarenta e um mil e setecentos de um total dos tais setenta mil que tinha referido, não tinham registado praticamente qualquer alteração ao valor global e isso era um dado objetivo. Mais, tinha havido ali uma preocupação de promover uma gestão racional e responsável de um bem escasso que, de facto, era a água, privilegiando sobretudo aquilo que o Senhor Vereador tinha dito e muito bem, os consumos razoáveis até aos dez metros cúbicos, que era aquilo que uma família de 3, 4 pessoas, por regra consumiam, 10, 12 metros cúbicos. Portanto, o 1.º e o 2.º escalão, sobretudo, não sofriam qualquer abalo desse ponto de vista. Depois, nesse enquadramento que tinha referido, sublinhava que sessenta e sete por cento dos clientes domésticos, ou seja, quarenta e dois mil utilizadores, estavam praticamente abrangidos por esses escalões. O município, nesse caso os SMS, tinham tido uma preocupação na proposta que traziam à apreciação dos Srs. Vereadores, por um lado, garantir a função social do acesso desse bem, segundo, responsabilidade ambiental dos SMS na gestão dos recursos hídricos, no tratamento dos efluentes e na gestão dos resíduos urbanos. Isso eram princípios que tinham norteado a elaboração da proposta dos tarifários que tinha sido presente. Acrescentou também que, relativamente aos não domésticos de pequena dimensão, com consumos até cinco metros cúbicos, que era o que tinha referido antes, tinha sido minimizado o impacto do novo tarifário. A diferenciação existia face aos grandes consumidores não domésticos: dando como exemplo, no tarifário atual versus tarifário proposto para 2026 - no doméstico até cinco metros cúbicos, que eram dezanove mil e cem clientes, entre o valor atual e o valor proposto para

2026 a diferença era de 0,70 cêntimos; até dez metros cúbicos, ou seja, vinte e dois mil setecentos e cinquenta e um clientes, o acréscimo era pouco mais do que 1,16 euros. Nos não domésticos até cinco metros cúbicos, eram quatro mil clientes, mais precisamente três mil oitocentos e cinquenta e oito, o acréscimo era vinte e três euros. A media estava correta, se fizessem a média como era feita, mas, de facto, havia que distinguir e que particularizar e perceber que efetivamente o tarifário procurava ser justo e equitativo. Diria outra coisa, que efetivamente era seu compromisso que, para além de se procurar assegurar a totalidade dos custos da operação, que se mantivesse o valor médio da fatura paga pela maioria dos clientes, nomeadamente os domésticos ou os abrangidos pela tarifa social, efetivamente havia uma proposta de ajustamento tarifário mais significativo nos consumos considerados elevados. Entendiam que, de facto, o tarifário tinha tido na sua génese aquilo que tinha acabado de partilhar, do ponto de vista do princípio de uma resposta social, da gestão correta e adequada de um bem que era cada vez mais escasso, porque deviam ter todos essa ideia de que o stress hídrico era uma realidade com a qual estavam confrontados, de uma forma muito séria. E a verdade era que, cada um enquanto consumidor, tinha efetivamente que perceber que aquilo que estava em causa não era só a fatura da água, mas era a fatura ambiental correspondente ao tratamento do cômputo geral desse conjunto de variáveis que tinham vindo ali a falar. Tinha havido ali a preocupação de que os SMS, através desse tarifário, garantissem efetivamente, sem onerar a Câmara Municipal, os custos associados ao pagamento dessa matéria e tinha sido feito esse esforço, de acordo com as orientações recebidas e de maneira a cumprirem escrupulosamente, não só a lei, mas aquilo que eram os seus compromissos dentro da própria Amarsul. Porque se não fizessem isso, e ia enfatizar, podiam ter problemas graves com a questão do tratamento dos resíduos. Sabiam todos que estavam a ser discutidas soluções para o tratamento dos resíduos, nomeadamente a Valorsul estava a discutir nesse momento com a AML o alargamento da quarta linha da incineradora para tratar a questão dos resíduos. Sabiam que era um investimento que rondava, segundo os estudos que lhes tinham sido apresentados, à volta dos cinquenta trezentos milhões de euros. Mas sabiam também que era preciso clarificar com muito rigor, quem é que pagava o quê nesse processo. E a verdade era que, esse tarifário, do seu ponto de vista, induzia e procurava que, do ponto de vista ambiental também se tinha que acautelar aquilo que eram as preocupações das populações, da comunidade, de um conjunto de atores sociais que, obviamente, estavam no concelho e que pretendiam deixar um legado ambientalmente saudável para o futuro que, no fundo, era aquilo que todos pretendiam.

Sra. Presidente – Indicou que apesar da explicação tão minuciosa, tinha escapado, mas achava que era importante dizer: a taxa dos resíduos da Amarsul já ia em 76/77%, que era um escândalo. Nesse momento, se a Associação Nacional de Municípios não tivesse feito uma intervenção muito forte junto do Governo relativamente aquilo que os embaladores pagavam e tinham pago ao sistema, por força de contrapartidas, que tinham sido uns bons milhões de euros, tinha permitido que o Governo não aumentasse essa taxa, portanto, o Ministério do Ambiente tinha conseguido, com o Ministério da Economia, que os embaladores dessem de contrapartida uns bons milhões para que permitissem que essa taxa não aumentasse, porque nesse momento já iria para noventa e tal euros a tonelada. Tinham conseguido reter essa taxa, a Associação Nacional de Municípios e o Governo, mas queria dizer que, entretanto, tinha sido “inventada” outra taxa que era a TGR, que era de gestão de resíduos, à volta dos quarenta euros por tonelada. Esses quarenta euros somavam-se aos setenta e seis, o que queria dizer que, por tonelada de resíduos estava a pagar já mais de cento e dez euros. E, portanto, de facto, tinham conseguido por um lado, travar esse aumento, mas com essa TGR aparecia outra taxa. Era sempre assim, aparecia outra taxa que ia aumentar a outra e por isso estavam a pagar cento e tal euros por tonelada relativamente aos resíduos, e isso era de loucos. E, portanto, era só para ficarem com essa ideia de porque é que tinha sido necessário fazerem esse ajustamento. Era para as pessoas perceberem quanto é que se pagava por tonelada na recolha dos resíduos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 6 votos a favor, 4 do SET V-25 e 2 do CH, e 5 votos contra, 4 do PS e 1 da CDU.

Sra. Presidente – Mais uma vez agradeceu aos serviços, que estavam a fazer um excelente trabalho, aos técnicos que ali estavam e àqueles que estavam nos serviços.

7. Deliberação n.º 24/2026 – Proposta n.º 09/2026 – GAP – Medidas extraordinárias de apoio às famílias no contexto escolar

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 53. (ver ponto 22)

Sra. Presidente – Acrescentou que nenhuma força política tinha ali proposto a continuidade desses apoios, pelo que se deduzia que haviam considerado também que já havia sido ultrapassado o tempo desse apoio extraordinário. No entanto, tinham auscultado encarregados de educação, associações de apoio à deficiência, professores, gestores da área da educação, enfim, muita gente, e podia dizer que as opiniões se dividiam. Por um lado, eram muito sensíveis às questões dos pais e das associações de apoio à deficiência e era por isso que traziam essa proposta para continuar um conjunto de apoios extraordinários em 2026. Mas também geriam o município com muitas necessidades e poucos recursos e eram sensíveis àqueles que lhes diziam que os agregados familiares com menores rendimentos ou com dependentes com deficiência já tinham diversos apoios sociais, escolares e tributários previstos na lei. Mas tinham decidido fazer aquela proposta, que consideravam que podia ser um apoio adicional às famílias. O custo de vida estava a agravar-se com os aumentos das despesas com habitação, com a alimentação, com a energia e outros serviços essenciais e isso afetava, sobretudo, os agregados familiares economicamente mais vulneráveis.

Sr. Vereador Nuno Costa – Sugeriu que, por uma questão de economia processual, uma vez que havia outra proposta que ia no mesmo sentido, propunha que se discutissem em conjunto.

Sra. Presidente – Concordou referindo que, antes de passarem à votação, propunha que o Vereador Nuno Costa lesse a sua proposta.

(ver ponto 22 – proposta CDU)

Sr. Vereador Paulo Maia - Referiu que queria ali dar nota, voltando à máxima de que todas as decisões tinham um preço, essa também, contudo havia situações em que não podiam deixar de estar presentes mesmo tendo uma Câmara para gerir com a dívida que toda a gente sabia e que tinham que ter sempre no olhar. Mas aos onze cabia isso, cabia essa decisão. Eram nessa altura os responsáveis, o Concelho e os munícipes tinham decidido assim e assim é que ali estavam os onze para decidir. Então, nesse contexto, essa medida que tinha já três anos e que por si só se tinha extinguido, e que traziam ali novamente à Câmara, mas não queria deixar de dar ali uma nota que tinha a ver com o pagamento desses valores também à própria empresa, a Gertal, que estavam também no leque da dívida. Era só para registar e dar nota de que o propósito era pagar os compromissos, era reduzir o número do prazo de pagamento médio, era assumir as responsabilidades e, por isso, tinham essa medida e traziam essa medida, no sentido de que todos tivessem em consciência, o que representava para o município.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que uma questão que se colocava era qual era a proposta que seria votada. Tinham duas propostas, qual seria a proposta que seria votada. Mas sobre a proposta em si, as duas propostas, disse que os vereadores do Partido

Socialista tinham vindo a afirmar que estariam sempre disponíveis para fazer parte da solução, nunca para ser a força de bloqueio, nem para fazer parte de soluções que viessem penalizar as famílias setubalenses. Não tinham acreditado que era intenção da senhora Presidente, nem do executivo que liderava, de retirar o apoio no passe municipal. Tinha trazido uma proposta, de redução de quinze euros, e essa proposta tinha sido ali chumbada. Na reunião a seguir, a Senhora Presidente tinha trazido uma proposta no sentido de manter o apoio que já estava dos mandatos anteriores e, portanto, tinha sido uma proposta de apoio que se tinha mantido. Relativamente a esses apoios escolares, tinham ido falando também desse assunto, em reunião privada, na discussão do orçamento, tinham voltado a dizer que as dificuldades financeiras da Câmara Municipal não podiam justificar tudo, nem podiam justificar o corte de apoios. E nisso a Senhora Presidente, verdade seja dita, tinha estado de acordo. E, portanto, trazia ali uma proposta ouvindo os vereadores, e o vereador da CDU trazia inclusivamente uma proposta nesse sentido, ouvindo a população, ouvindo as associações, trazia nesse dia uma proposta para manter um apoio que era justo. Os vereadores do Partido Socialista iriam votar favoravelmente essa proposta, acompanhando, obviamente, a Senhora Presidente e o Executivo que ali trazia essa mesma proposta.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que tinham trazido essa proposta, naturalmente que estavam de acordo, como era óbvio, mas queria dizer que acreditavam e ficavam satisfeitos, muito satisfeitos, que a proposta da CDU tivesse suscitado também a apresentação de uma outra proposta por parte do movimento independente.

Sra. Presidente – Questionou quem é que tinha dito isso ao Vereador.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que estava a dizer que acreditavam que tinha sido assim.

Sra. Presidente – Questionou quem é que tinha dito isso. Acreditava, supunha que, mas queria dizer-lhe que não era verdade.

Sr. Vereador Nuno Costa – Dirigindo-se à Senhora Presidente referiu que acreditavam nisso porque tinha havido um processo, naturalmente racional, quando se tinha informado os agrupamentos escolares e as escolas não agrupadas de que o apoio iria cessar, tinha havido um debate interno que julgava, no seio do executivo e dos técnicos e dos trabalhadores e isso tinha sido um processo pensado, os agrupamentos tinham sido informados, tinham informado as famílias, portanto, nada disso tinha acontecido por acaso. E estava em crer que, no momento em que a CDU tinha apresentado a proposta, tinha aparecido também uma proposta do movimento, era crença sua, mas podia estar errado, de que a proposta do movimento tinha sido suscitada pela da CDU. Mas ficavam muito satisfeitos que isso tivesse acontecido, se assim fosse, se não fosse ficavam satisfeitos na mesma por resolver o problema das famílias que era aquilo que os trazia ali e aquilo que interessava.

Sra. Presidente – Respondeu que não tinha sido. Por acaso, estava naquela sala um casal que tinha tido uma reunião com ela a um sábado, depois dessa medida que tinha sido uma medida do tempo do Covid e que tinha sido proposta, nos anos subsequentes, pelo PSD, não tinha sido pela CDU, que tinha sido votada por toda a gente e, portanto, era estranho porque tinha acabado o período daquela medida e a CDU podia ter feito logo a proposta, mas não tinha acontecido assim e, portanto, tinham tido essa interpretação. Tinha acabado a medida de mitigação, e já agora informava que o escalão A era aquele escalão em que os meninos carenciados tinham comprovativos do rendimento das famílias que não dava para pagar a alimentação e, de acordo com a lei, ninguém pagava alimentação. O escalão A não estava, de facto, em causa, embora nessa proposta dissesse que se propunha o escalão A, era só o escalão B, em relação às refeições. E era isso que estava em causa, era o escalão B. E quando tinham feito essa reunião, com esses pais, que faziam parte de uma associação com crianças com necessidades educativas especiais e tinham chamado à atenção, porque tinha

a ideia – e confessava que tinha tido ali uma branca – que os meninos com deficiências não estavam nesse grupo. E, portanto, tinham sido esses pais, essa associação, que tinha chamado à atenção e tinham começado logo no sábado a contactar com os Técnicos da Divisão de Educação e tinham que falar nisso. Imediatamente tinha aparecido a carinha do Senhor Vereador Fernando José, logo a suscitar essa questão que tinha acabado de dizer, antes da CDU, já agora. O PS tinha aparecido primeiro que a CDU a dizer que, por causa de problemas financeiros, não se podiam sobrepor às necessidades das famílias, justiça fosse feita que o PS tinha estado à frente da CDU. Não era a CDU que fazia uma proposta e vinha dizer que, na sequência da sua proposta, se calhar, provavelmente, estaria a nossa decisão. Não, queria dizer ao Senhor Vereador que não tinha sido isso. Tinham começado a falar nisso numa quarta, tinham tido a reunião com os pais no sábado, estava ali a trabalhar no sábado para fazer reuniões e tinham sido esses pais que tinham chamado à atenção, tinha aparecido logo o PS, na pessoa do líder de bancada, do cabeça de lista Fernando José, a chamar a atenção que isso não podia ser feito dessa forma. Imediatamente tinham perguntado à comunidade educativa, aos diretores, qual era o embate que isso estava a ter. Estavam a falar não do escalão A, como já tinha dito, o escalão A estava todo ele contemplado, tinha estado sempre, os meninos cujos pais não tinham rendimentos, de todo não era nesses meninos que se estava a tocar. Eram os do escalão a seguir, que só pagavam cinquenta por cento da sua refeição e cinquenta por cento - é que ninguém falava dos valores, já agora – cinquenta por cento da refeição, o valor da refeição, eram setenta e quatro cêntimos, era isso que estava em causa, era setenta e quatro cêntimos por refeição e era isso que estava em causa. Setenta e três cêntimos estava a Técnica a dizer. Mas esses setenta e três cêntimos representavam duzentos e cinquenta mil/ano, era isto que estava em causa, porque andavam a limpar as gorduras todas. Assim que perceberam que isso tinha embate no bolso das famílias, tinham proposto então - porque aquela proposta tinha caducado, tinha caducado no dia 31 de dezembro – tinham dado a volta para trazer ali pela primeira vez. Mas só para esclarecer, não tinha planeado dizer nada disso, mas a sequência era essa e tinham começado a preparar a proposta e aparecia a proposta, a indicação da CDU, para metermos no nosso orçamento porque iriam, e bem e, portanto, estavam ali as duas propostas e iam votar isso e achava que quem ganhava eram as famílias.

Sr. Vereador Nuno Costa - Disse que também tinham tido o privilégio de reunir com a associação, que tinha sido uma reunião muito profícua e que também tinha sido possível, nessa reunião, tomar boa nota do trabalho que estavam a querer desenvolver e que felicitavam por disponibilizar em tempo próprio para aprofundarem essa perspectiva mais solidária da sociedade setubalense e, portanto, agradecia também a essa associação o pedido de reunião e a forma como a reunião tinha decorrido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 25/2026 – Proposta n.º 10/2026 – GAP – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de São Sebastião, Freguesia do Sado, União das Freguesias de Setúbal (2026) - RETIRADA

9. Deliberação n.º 26/2026 – Proposta n.º 11/2026 – GAP – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho – 2026-2029 - RETIRADA

10. **Deliberação n.º 27/2026 – Proposta n.º 12/2026 – GAP – Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado (2026) - RETIRADA**
11. **Deliberação n.º 28/2026 – Proposta n.º 13/2026 – GAP – Criação da Polícia Municipal de Setúbal**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 54.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que os vereadores do Partido Socialista, o Partido Socialista, não consideravam a criação da Polícia Municipal como prioridade para o concelho de Setúbal. Não obstante de registarem como bastante positivo o facto de terem realizado uma reunião privada, no âmbito do orçamento, em que a Senhora Presidente e o Senhor Vereador Paulo Maia tinham tido a oportunidade de explicar a bondade da proposta. Tendo algumas dúvidas em termos orçamentais, algumas até que tinham sido colocadas logo nessa mesma discussão e que poderiam ser depois aprofundadas, os Vereadores do Partido Socialista iriam acompanhar, votando favoravelmente essa proposta. Consideravam que devia ser acompanhada da implementação de videovigilância, o que tinha sido confirmado pela Senhora Presidente, que era um processo que estava também em curso e com a intenção de ser implementado durante esse mandato e, portanto, isso parecia-lhes bastante positivo e era algo que na sua opinião já devia ter sido implementado há mais tempo, sabiam que os processos levavam tempo, mas a verdade era que se não avançassem e continuassem parados as coisas nunca aconteciam e era preciso fazer acontecer. Tendo em atenção que iam também ter a implementação de vídeo vigilância, pelos argumentos aduzidos pelo Vereador Paulo Maia nessa mesma reunião, parecia-lhes que poderia ser ali complementar a esse trabalho, libertando ali em algumas tarefas, a Polícia de Segurança Pública e a GNR de determinadas funções e isso parecia-lhes positivo. Contudo, tinham em Setúbal uma especificidade: tinham um corpo de Bombeiros Sapadores, que nos últimos anos não tinham tido o necessário investimento. Um corpo de Bombeiros Sapadores, na sua opinião, poderia mesmo - num estudo que poderia ser feito pela Câmara Municipal - poderia mesmo passar a batalhão, e isso também teria vantagens para o município, não só em termos dos serviços que seriam prestados, de maior qualidade também desses mesmos serviços, mas também em termos de receita para o município. Entendiam que a criação da Polícia Municipal não poderia levar a continuidade do desinvestimento que tinha sido feito nos Bombeiros Sapadores e tinha que se olhar para os Bombeiros Sapadores no sentido de se avançar com esse investimento. Havia escolhas que tinham que ser feitas, havia opções que tinham que ser feitas no orçamento e entendiam. Essa era uma opção, a Polícia Municipal, acompanhavam, mas existiam outras questões que deviam ser olhadas com a mesma preocupação, porque se a segurança era uma preocupação, a proteção civil não deixava de ser também uma enorme preocupação e atendendo até à situação do concelho - com uma zona industrial, com um território que ia de Gâmbia até Azeitão e, portanto, que tinha que ser olhado de outra forma. Posto isso e acreditando que, obviamente esse investimento nos Bombeiros Sapadores não seria colocado em causa e que também seria efetivado, os Vereadores do Partido Socialista iam acompanhar com o voto favorável, a criação da Polícia Municipal de Setúbal sendo que esse era um processo que ia decorrer e ia ter que voltar ali a reunião de Câmara, como tinha dito o Senhor Vereador Paulo Maia.

Sr. Vereador Paulo Maia – Dirigiu-se ao Senhor Vereador Fernando José para referir que tinha também o privilégio, dizia assim, de a Senhora Presidente ter delegado em si a questão inerente à proteção civil e aos bombeiros. Era um carinho especial que tinham pelos Bombeiros Sapadores, nunca poderia uma coisa estar a afetar a outra, os Bombeiros

Sapadores iam - e se o Senhor Vereador tinha falado com eles, desde que tinham tomado posse achava que devia falar com eles e perguntar-lhes qual era a preocupação que o Executivo tinha com os Bombeiros Sapadores, quantas reuniões já tinham sido feitas com os Bombeiros Sapadores nesses dois meses e quantas tinham sido no período anterior, convinha perguntar, convinha saber e estar atento a essa matéria, registavam isso com agrado também, porque eram os seus Bombeiros, não eram os seus executivos, eram seus da Câmara, da cidade, do município - e iam trazer os Bombeiros Sapadores para fora do quartel. Eles não podiam estar só circunscritos ao seu quartel, não podiam estar só ali, eram dos munícipes, tinham de vir cá para fora, eram de todos e tinham que estar à vista. Nunca por nunca ser, tinha que falar ali dos bombeiros por quem tinha um carinho especial, não haveria ali nenhum contraponto entre a Polícia Municipal e a desafetação de qualquer investimento nos bombeiros.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, relativamente a essa proposta, a CDU salientava ali algumas questões: a primeira era que ia custar aos cofres do município mais de um milhão de euros por ano. Tinha estado atento à demonstração que tinha sido feita naquela reunião, uma reunião semelhante à que tinha acontecido com o Partido Socialista, e havia ali custos que se previa substituir, que estava em crer que não ia ser possível realizar com a Polícia Municipal. Tinha que ter isso em conta, como o Senhor Vereador Paulo Maia dizia muitas vezes que tinha que se olhar ao impacto financeiro das suas decisões, não obstante outros impactos que eram importantes também, tinham acabado de fazer uma com impacto social importante, mas um milhão de euros para começar, isso ia ter depois impactos. Os trabalhadores iam progredir nas carreiras e isso ia ter impactos graduais, progressivos, a aumentar, sobre o orçamento. Teria um custo de instalação de cerca de quinhentos mil euros com possibilidade de financiamento por parte do Governo, era certo, mas esse era um dado muito importante que se tinha que olhar. Achava que os dados da criminalidade, como eram apresentados ali no Conselho Municipal de Segurança, diziam que estava a diminuir, sabiam que havia um problema com a perceção sobre a segurança que advinha do ambiente que tinham todos assistido, redes sociais, etc, que era importante, que não era de descurar, mas também sabiam o que é que os autarcas diziam acerca do impacto que a Polícia Municipal teria nesse olhar e nessa perceção sobre os níveis de segurança nos seus concelhos. Era conhecida a posição do autarca de Lisboa sobre essa matéria e sobre o olhar que ele tinha de uma Polícia Municipal com as competências que tinha e o impacto que isso tinha na segurança e na vida das pessoas. E como ele, outros autarcas que já tinham essa experiência e que vinham dizer que isso realmente não resolvia. Achava que o trabalho que era feito do ponto de vista da fiscalização, muitas vezes era residual por parte das forças de segurança, porque não tinham efetivos suficientes e a introdução da Polícia Municipal não traria grandes disponibilidades à PSP e à GNR se não exigissem, de facto, um reforço do número de agentes como tinha que ser feito. O que deveriam fazer para trazer segurança a Setúbal era exigir o policiamento de proximidade, por parte da PSP e da GNR. Achava que isso faria a diferença, impactava diretamente a questão da perceção de segurança que existia nas populações e achava que esse era o caminho certo. Assim, iriam ter ali um peso excessivo no orçamento municipal, mas era a proposta que era ali trazida. Ainda tinha uma pergunta para fazer relativamente aos trabalhadores: essa proposta, em princípio, integrava alguns fiscais no trabalho da Polícia Municipal e questionava se esses trabalhadores iam todos fazer o mesmo que os que iam integrar, ou seja, os trabalhadores que naquela altura estavam no município continuavam a fazer as funções que tinham ou depois alargavam o âmbito de atuação e passavam esses e os novos contratados a fazerem todos as mesmas funções.

Sr. Vereador Paulo Maia – Respondeu ao Senhor Vereador Nuno Costa dizendo que estava a entrar numa parte mais específica que lhe tinha sido oferecido explicar no estatuto oposição. Essa era uma parte que havia de vir posteriormente, mas já que tinha falado nisso iam tratar. Nesse dia estavam a falar da criação da Polícia Municipal, depois o estudo havia de ali ser trazido com todos os pormenores. Contudo, queria ali deixar duas notas: a Sra.

Presidente já ali tinha dito, em reunião anterior, que na reunião que tinha tido com a Senhora Ministra da Administração Interna, a primeira coisa que tinha feito foi pedir exatamente mais efetivos, não era deixar esse caminho. Era um caminho que tinha que ser seguido porque quem tinha que fazer as funções de segurança eram as forças de segurança. O que estavam ali a propor era a criação de uma polícia que pudesse aliviar dentro desse quadro - porque não estava nas suas mãos resolver esse quadro mas sim pedir a resolução desse quadro - e dentro desse quadro, aliviar as tarefas de natureza administrativa, o acidente de trânsito, a regulação de uma situação de obra que era necessário colocar um polícia, etc, uma série de coisas administrativas; relativamente à questão dos fiscais, aquilo que tinha dito e que estava demonstrado no documento que tinham enviado, os fiscais que existiam na Câmara passavam para a Polícia Municipal à exceção do Urbanismo, que ficavam no Urbanismo. Continuavam a fazer a função que estavam, aquilo que alavancava nesse documento era a parte Policial, a parte de fiscalização continuava como lá estava. Mas com certeza que iria trazer a essa Câmara, numa fase posterior, já com o regulamento municipal, todos os pormenores para discutirem toda a questão em pormenor. Relativamente ao valor do investimento de um milhão, que não era um custo de um milhão, e ali permitiam-lhe discordar do Senhor Vereador Nuno Costa, não olhavam para esse investimento como um custo, mas como um investimento, com a responsabilidade social que também trazia, e estava comprovado relativamente à diminuição da sinistralidade local. Mais ainda, o Senhor Vereador tinha falado da questão de Lisboa e queria recordar ali naquela Câmara que Lisboa e Porto eram dois casos atípicos da Polícia Municipal. Não tinham comparação com todos os outros porque eram feitos com agentes da PSP em comissão de serviço e não eram feitos com elementos da Polícia Municipal, que pertenciam à Câmara Municipal, eram dois casos. Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa podia era um bocadinho diferente daquilo que o Senhor Vereador tinha ali trazido, que era que eles como eram polícias tivessem capacidade de ter a mesma intervenção, que era um bocadinho diferente. Podiam depois discutir isso tudo em pormenor, e iam ter que, mas pensava que nessa altura aquilo que estava era dar início ao processo, começarem a avançar com o processo para depois trazerem então a proposta, trazerem o regulamento.

Sra. Presidente – Referiu que queria saudar o Partido Socialista pela decisão que tinham tomado, que achava que era uma decisão muito boa para o município e não estava na proposta inicial de projeto autárquico do PS, a Polícia Municipal, estava a videovigilância, também estava no seu e no do Chega e achava que isso estava já a ter andamento, para dizer ao Vereador Fernando José, que tinha colocado a questão, tinha a garantia que isso já estava em andamento. Já estavam a tentar consultar algumas empresas que faziam todo o processo, não só a colocação, mas também a legalização. Porque isso, como tinha dito e bem, demorava algum tempo, e tinham que fazer essa grande monitorização. Era também com muita satisfação por parte da PSP, que tinha que monitorizar a videovigilância, que isso fosse rapidamente implementado porque, como tinha dito o Senhor Vereador Paulo Maia e bem, tinha ido, em todos os mandatos, ao Ministério da Administração Interna pedir sempre agentes. Uma vez por uma razão, outra vez por outra, o que era certo era que os agentes que vinham - por exemplo se vinham sessenta agentes, garantiam que já tinham vindo sessenta agentes - daí a umas semanas saíam quarenta porque era preciso noutra zona do país com mais com mais detenções e estavam sempre nisso. Vinham e depois ficavam sempre ali um número muito residual. Estava em crer que, pelo menos tinha vindo nas publicações da comunicação social, que o anterior executivo também tinha ido ao Ministério da Administração Interna e acreditava naquilo que estava no jornal, que o mandato anterior também lá tinha ido pedir agentes e a resposta tinha sido a mesma. Esses agentes da Polícia Municipal, repetia, não eram para substituir a PSP nem a GNR. Iriam continuar a pedir porque tinham funções distintas, mas essas funções eram muito importantes, esse complemento era muito importante. Outra questão, que tinha sido também colocada pelo Senhor Vereador Fernando José, era que os Bombeiros não podiam ser deixados para trás e não iam ser deixados para trás, ficava ali uma garantia pública. Estavam, nesse momento, com uma gestão de muita

proximidade, o Vereador Paulo Maia estava com muita proximidade com os Bombeiros e a ela também já lá tinha ido duas vezes, de qualquer modo havia muita coisa a fazer: além da melhoria das condições das instalações que estavam uma lástima, a chover lá dentro e que estavam nessa altura reparadas pelos trabalhadores do Vereador Bruno Russo, do DOM, que queria também saudar o excelente trabalho que estavam a fazer em muitas áreas e muitas dessas, muitos edifícios a chover lá dentro, já ali tinha dito havia quinze dias, que em todos os edifícios da cultura chovia em todos. Já estava a deixar de chover, era evidente e esse dos Bombeiros estava nessa altura a ser tratado e estavam a melhorar as condições deles, as condições da intervenção operacional e também era o Vereador Bruno Russo que estava a tratar, dos barcos que estavam na sucata para começarem a fazer outras funções, como tinha dito o Vereador Fernando José, que gostavam, que tinham capacidade e tinham competência, e não estavam a ser feitas. Um dos barcos que estava para reparar custava sete mil e quinhentos euros e estava a ser reparado nessa altura e com os Bombeiros estavam a preparar um grupo de trabalho para verem exatamente onde podiam intervir, coisas que estavam paradas e que podiam intervir, em que já tinham tido intervenção no passado, com a ambulância, com os barcos, com outras coisas, e estavam com eles a fazer um grupo de trabalho, a dizer o que iriam reativar para com esses proveitos ir também buscar outras condições para se pôr outro grupo de recrutamento. Estava a acabar um, que iria dia 14 acabar a recruta e, com esses meios todos, tinham estado a falar com eles para irem buscar outro recrutamento. Era preciso ter imaginação e estar próximo das pessoas. Havia ali a promessa de que não iriam deixar os Sapadores para trás.

Sr. Vereador Paulo Maia – Em complemento ao que a Senhora Presidente tinha referido, lembrou que os Bombeiros de Setúbal eram a única companhia de Bombeiros a sul do país que tinha credenciação para trabalhar com acidentes com matérias perigosas, era uma credenciação única ali a sul do país, tinham ali uma nota muito importante dos Bombeiros de Setúbal. Mas estavam a falar de Polícia Municipal e queria dar nota de um ponto que lhe estava a passar e que era extremamente importante para essa votação: tinham reunido o Conselho Municipal de Segurança restrito, que a Senhora Presidente presidia, da qual o Vereador fazia parte, o Comandante da PSP, o Comandante da GNR e o Comandante da Polícia Marítima e, dessa reunião do Conselho Municipal de Segurança restrito, tinha sido emanado um documento onde os conselheiros do Conselho Municipal de Segurança restrito tinham emitido parecer favorável à criação da Polícia Municipal de Setúbal, para que ficasse registado, o documento seria depois anexo em Ata também, seria anexo aos autos.

Sr. Vereador António Cachaço – Indicou que também gostariam de salientar que iriam votar favoravelmente a proposta da Polícia Municipal. A posição da bancada do Chega era clara, a segurança era uma necessidade, a Polícia Municipal era um instrumento legítimo e necessário para garantir o respeito pelos regulamentos municipais, reforçar a ordem no espaço público, apoiar o comércio local, proteger os munícipes e aumentar a perceção de segurança nos bairros. Estavam também agradados em perceber que iam avançar também com videovigilância, que estava no programa do Chega, estava no programa também do PS, estava no programa do Movimento, portanto, a nível de segurança, achava que era interessante avançarem com essas propostas e darem uma sensação de segurança aos munícipes era de extrema importância nesse momento complicado.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu aquilo que o Vereador Paulo Maia tinha dito relativamente a ter trazido os dados, tinha tomado como certa a ideia de que a reunião tinha sido feita antes dessa reunião de Câmara exatamente para que pudessem utilizar esses dados e para estarem conscientes no momento dessa votação, desses dados. Tinha sido por isso que tinha ali trazido essa informação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CH e 1 voto contra da CDU.

4

12. Deliberação n.º 29/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DCDJ/DIDES – Protocolo de parceira quadrienal para a realização da Setúbal Custom Weekend – Edições de 2026, 2027, 2028 e 2029

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 30/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 61.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que queria apenas fazer um pequeno comentário, iriam votar favoravelmente a proposta, se fosse a votação, mas parecia-lhes uma proposta redundante porque a deliberação seguinte seria a votação do orçamento onde a rubrica era aberta, portanto uma modificação ao orçamento quando iam aprovar o orçamento na proposta seguinte, parecia-lhe que faria pouco sentido.

Sr. Vereador Paulo Maia – Respondeu que tinha sido equacionada essa questão, mas com o orçamento que estava em vigor nesse momento era o orçamento que derivava do passado, tinham entendido trazê-la antes. Mas tinha sido equacionada também nesse sentido.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Paulo Maia – O orçamento que iriam aprovar a seguir só iria entrar em vigor depois da Assembleia Municipal e, portanto, estavam a alterar esse ali.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que era do orçamento que estava em vigor.

(intervenção inaudível)

Dr. António Palhas – Esclareceu que, a aprovação dessa proposta daria credencial para lançarem o procedimento de contratação da proposta. Era apenas isso, embora condicionada à aprovação da Assembleia Municipal, mas davam seguimento logo ao procedimento de contratação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 31/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DAF/DICOR/DICONT – Orçamento para 2026 e Grandes Opções do Plano para 2026-2030; demonstrações financeiras e o quadro orçamental plurianual, integrados nas demonstrações previsionais

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 e 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Nuno Costa – Indicou que faria algumas considerações sobre essa proposta e sobre o orçamento da Câmara Municipal, que eram as seguintes: em primeiro lugar tinham verificado que havia, de facto, uma redução no valor do orçamento em cerca de cinquenta milhões, mas essa redução era feita à custa da redução de trinta e dois milhões de euros de bens de capital e havia também uma redução que lhes parecia estranha e que tinha a ver com, encontravam no balanço de curto prazo setenta milhões de euros em fornecedores e outras contas a pagar e isso depois não era refletido na aquisição de bens e serviços nas despesas, portanto, havia ali uma redução que não sabia como o pretendiam depois resolver; depois havia ali um segundo ponto, que era importante referir, que era um orçamento que agravava a questão dos passivos financeiros dos empréstimos em dezassete vírgula cinco milhões de euros e, se era uma situação tão complexa iam agravá-la e depois também era de salientar ali uma questão importante, que era as disponibilidades de fundos de caixa seriam reduzidas em dezasseis milhões de euros, iam ter um saldo de vinte e três milhões no final de dezembro de 2025 e seis vírgula oito em Dezembro de 2026, portanto, tinham por um lado um acréscimo na questão dos passivos financeiros, em dezassete vírgula cinco milhões e, por outro lado, a redução das disponibilidades que iam transitar em dezasseis milhões de euros. Gostariam de salientar um último ponto, que tinha a ver com o que estava escrito na página catorze, que referia que a tabela de taxas era atualizada à taxa de inflação, o que significava que as taxas seriam aprovadas automaticamente com a aprovação dessa proposta. Era o que dizia.

Sr. Vereador Joel Marques – Indicou que o Partido Socialista tinha entendido viabilizar essa proposta de Orçamento, tal como já tinha tido oportunidade de tornar público, acima de tudo porque tinham sido garantidas condições que para o PS eram fundamentais: por um lado, o não aumento dos impostos municipais, tendo o entendimento de que deveriam seguir o caminho da sua redução, mas não os tinham aumentado esse ano; por outro lado, o apoio ao passe navegante municipal, que tinha sido - apesar de fora de tempo - mas que tinha sido aprovado e, também aquilo que eram os apoios sociais que nesse dia tinham sido ali viabilizados. Dirigindo-se à Senhora Presidente referiu que, dito isso, aquilo que se lhes oferecia dizer sobre esse documento era que efetivamente ainda estavam - apesar de se notar um esforço no sentido da redução da despesa corrente e de uma aproximação daquilo que era o documento previsional, que era qualquer orçamento, àquilo que era a realidade do município - ainda estavam longe, parecia-lhes, que nesse ano ainda seria difícil atingirem pelo menos oitenta e cinco por cento da execução das receitas. Continuavam a estar um pouco desfasados daquilo que era a realidade do Município. Tinham um aumento da receita dos impostos diretos, por via, acima de tudo, daquilo que era o IMT, que tinha a ver com o dinamismo do mercado imobiliário que era transversal a qualquer Concelho, não era uma característica específica do Concelho de Setúbal e tinham também um aumento significativo daquilo que eram as despesas de capital e as receitas de capital, que decorriam naturalmente daquilo que era o facto de estarem no último ano para a concretização do PRR, portanto, eram verbas que iam entrar e que iam sair automaticamente, e era por isso que tinham também esse desequilíbrio na relação entre despesas - e nas receitas também - correntes e de capital. Tinham avaliado o documento e havia ali algumas questões que tinham estranhado e que gostariam de colocar, porque não tinham visto nas Grandes Opções do Plano nem no Plano Plurianual de Investimentos, há pouco já tinha dito que não tinham visto o Centro Náutico, mas também não tinham visto a recuperação da Praça Carlos Relvas - um investimento que tinha quase dez anos e que estava ao abandono, um edifício pelo qual os Setubalenses tinham pago mais de um milhão de euros e que estava ao abandono, num estado de degradação absolutamente lastimável -, também não tinham visto nenhuma rubrica aberta para uma intervenção no Imaparque, que continuava a ser mais um investimento, que mais do que a marca CDU, tinha a marca Maria das Dores Meira, tinha custado quatro vírgula quatro milhões aos municípios, que estavam a ser pagos, mais os juros e para o qual também não havia uma rubrica aberta e, portanto, não viam ali nenhuma intenção de investimento e de fazer ali, efetivamente, alguma coisa com aquele espaço, mas também não tinham visto e

tinham estranhado, nenhuma rubrica para recolha dos dividendos da Simarsul, que era uma receita que o Município deveria receber nesse ano, até porque, de acordo com aquilo que tinha sido a entrevista da Senhora Presidente ao Jornal Eco, já tinha informado a Simarsul que tinha trinta dias para pagar os cinco milhões de euros, mais os juros, mais os dividendos de 2019 até dezembro de 2025. Não tinham visto um cêntimo desses cinco milhões, mais os juros, mais os dividendos, nesse orçamento e, portanto, questionavam também se essa receita seria arrecadada ou não, porque lhes parecia evidente que isso não iria acontecer.

Sr. Vereador Paulo Maia – Deu nota de que, começando pela inflação do Senhor Vereador Nuno Costa: a inflação estava lá, mas o Regulamento de Taxas permitia a atualização da inflação, isso já estava no regulamento. Portanto, iria ter efeitos já a 1 de fevereiro. O regulamento de taxas e preços haveria de ir ali àquela Câmara ainda no decorrer desse ano, porque estava a ser trabalhado, a ser preparado, era claro que depois teria que ser feita também uma sessão de esclarecimento, mas isso seria mais tarde porque carecia de uma especificidade maior. A inflação, estava previsto no regulamento taxas que já tinham. Outra das questões que o Vereador tinha falado, na parte do passivo financeiro: havia ali uma parte que tinha que ser colocada porque o PRR não tinha tido em previsão, ou não tinha sido acautelado, ou não sabia como tinha sido feito, a questão das partes comuns e aí tinham que fazer o financiamento para as partes comuns que tinham lá, portanto, tinham esse passivo financeiro que tinham que o ácautelar, porque tinham que acabar a obra e tinham que o colocar em orçamento. Depois, o Vereador tinha falado de uma outra questão que não tinha conseguido apanhar, mas pediu que lhe fizesse chegar a primeira nota que tinha dado que posteriormente daria resposta. Relativamente ao Senhor Vereador Joel, começou por dar nota de que, não obstante a Senhora Presidente depois completar sobre a Praça de Touros Carlos Relvas, de que estavam numa fase de estudo, estavam numa fase que não tinham aberto a rubrica, porque não havia ainda a noção do custo completo. Claro que iria ali, após esse estudo, a questão da alteração do plano plurianual, portanto, era sempre uma opção que teriam que trazer à Câmara. Achava que não era vínculo ter que estar aberto, poderia estar aberto, mas não era vínculo ter que estar aberto, porque poderiam trazer e para alterar teriam que trazer ali como era lógico e normal. Depois, tinha falado também da questão da Simarsul: a questão da Simarsul não tinha sido registada porque, conforme tinha dito e muito bem e a Senhora Presidente também tinha transmitido, se calhar só podiam ir buscá-la pela via judicial, tinham que ver como é que essa questão ia ocorrer, porque a vontade própria não existia. Não obstante, também tinha registado a questão das medidas que o Vereador tinha falado e de conseguirem impactá-las também no orçamento e conseguirem colocá-las e também registava com agrado essa nota.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que não sabia se tinha percebido bem a intervenção do Vereador Paulo Maia, mas o que tinha colocado e que o Vereador não tinha registado, teria a ver, julgava, com o parecer do balanço a curto prazo dos setenta milhões a fornecedores e outras contas a pagar e não aparecer na aquisição de bens e serviços nas despesas correntes, não sabia se tinha sido isso. Aproveitava para dizer, relativamente às receitas de capital e correntes, esse rácio, essa relação era uma coisa que se resolvia com o tempo, com o fim do PRR julgava que essa questão estava resolvida. Terminou com uma questão que tinha sido, entretanto, suscitada ali: em primeiro lugar disse que era relativamente à intervenção do Vereador Joel e à sua fundamentação para votar a favor desse orçamento, parecia-lhe que esses pressupostos tinham estado verificados no exercício anterior, podia estar a falhar-lhe qualquer coisa, mas pensava que esses pressupostos se tinham verificado no exercício anterior. Por último, relativamente à Simarsul, podia estar ali a escapar-lhe alguma coisa, mas o que se tratava não era de uma dívida, mas da participação do capital social, era disso que se tratava e, portanto, os acionistas, no fundo, tinham decidido não distribuir dividendos, podia estar a perceber mal e já agora não havia juros sobre o capital social.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que começava pelo final, para explicar ao Senhor Vereador Nuno Costa que, no mandato anterior, no exercício passado, tinham votado contra três orçamentos, tinham-se absterido no primeiro. E, portanto, tal como nesse mandato, tinham dado a possibilidade de, no pontapé de saída do mandato, poder ser aprovado e executado o orçamento que a força política vencedora – nesse caso o Movimento Independente – quisesse executar. E ali estariam depois para avaliar quer essa capacidade de execução, quer as suas consequências, nomeadamente as consequências da não execução, quer aquilo que seriam as propostas para os próximos exercícios e para os próximos anos. Dito isso, havia três pressupostos que se tinham cumprido desse orçamento e que, no orçamento do exercício anterior outros pressupostos não se tinham cumprido. Havia, por exemplo, um pressuposto que se cumpria nesse orçamento – e agora entrando no motivo que o tinha levado a pedir a palavra - que era uma redução naquilo que era a despesa corrente, o que provava que era possível fazer apoios sociais reduzindo a despesa. O que no entendimento do PS justificava que seria possível terem aumentado o apoio no passe navegante municipal, a diferença no apoio entre os dez e os quinze euros seriam cento e oitenta mil euros, teriam conseguido enquadrá-los nesse orçamento e ainda assim reduzir a despesa corrente. Eram opções diferentes, e posições diferentes sobre o tema mas queria reforçar isso: era possível fazer melhor do que acontecia no passado, nomeadamente naquilo que era o controlo da despesa, e ainda assim aumentar despesa onde ela devia ser aumentada, de acordo com o seu entendimento, e o passe navegante municipal era um dos aspetos onde entendiam que podia e devia aumentar

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que lhe tinha escapado esse último pressuposto, que não tinha ali registado, mas tinha então registado como boa nota.

Sra. Presidente – Referiu que, em relação às questões, o Centro Náutico, de facto, já havia ali uma ideia que tinha vindo já do anterior executivo, uma ideia que tinham ficado a estudar se avançavam com o Terminal 7, se com essa ideia.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que, de acordo com o que a Senhora Presidente tinha explicado anteriormente, o Terminal 7 seria um terminal para contentores que lá iriam ser colocados, para dar apoio aos clubes.

Sra. Presidente – Respondeu que nessa altura teria que ser provisória. Continuando, referiu que estudaram se avançavam com o Terminal 7 ou se seria aquele Centro Náutico que depois iria mostrar porque tinham que fazer projeto para se pôr a candidatura. De facto, esse novo projeto, essa nova ideia, era mais operacional e mais prática para a função, para albergar tantas pessoas que estavam ali. O outro não tinha exatamente essa função de se transformar em Centro Náutico, não era essa a função, era ter Museu, ter cafetaria, ter um outro restaurante, era um bocado mais essa função, eram coisas diferentes e, por isso, tinham estado a ponderar fazerem uma coisa ou outra, só que, perante a urgência, daquilo depois ter alguma atividade para o desporto escolar, para aquelas entidades todas que estavam ali, era melhor uma coisa muito mais prática, não sabia se seria aquela ideia, se não, mas depois iriam ver sozinhos, para ver o que se decidia. Em relação ao Imaparque, já tinha começado também o Vereador Bruno Russo a arranjar telhados, porque tudo chovia lá dentro também, tinham o arquivo todo em perigo, coisas da cultura, coisas do turismo, vários armazéns, também estava todo a ser reparado e iam ser mais bem tratado. Até decidirem também se o projeto que já estava a andar avançava ou não. Mas, a fazer-se aquele projeto que já tinha sido começado e depois tinha parado, aquilo demorava: projeto, candidatura, só se abrisse alguma candidatura que tivessem rapidamente que avançar e isso teria que se fazer alteração ao orçamento porque não estava, de facto, rubrica aberta porque não estava nos planos, nesse ano, fazerem essa obra. Em relação à Praça de Touros, também tal projeto estava a andar, também tinha sido interrompido, tinha sido deixado a andar mas tinha sido interrompido, também já tinham dito que o arquiteto que tinha o projeto já tinha sido chamado

e já estava a continuar com o projeto, de qualquer modo, iam ver como é que estava exatamente a Praça, para a abrirem, para a limparem, tinha ido vê-la quando estava na campanha, e de facto, era deplorável. Iam ver se conseguiam, pelo menos limpá-la e pintá-la para pôr as marchas a marchar.

(intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Enquanto não se fazia mais, pelo menos ser aberto, ser tudo limpo. E ia ser averiguado se a Direção Geral de Espetáculos também autorizava. Tinham que vir ver. Se arranjassem aquelas madeiras, as casas de banho tinham que ser arranjadas, iam ver se conseguiam.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que pensava que, relativamente à Praça Carlos Relvas, no mandato anterior, o executivo anterior teria feito – pelo menos tinha sido essa a informação que lhes tinha sido dada em reunião de Câmara – uma avaliação de segurança, sobre as condições. Não sabia. Havia de estar escondido entre outras contas.

Sra. Presidente – Referiu que não sabia, mas já tinham pedido ao Dr. Luís Liberato.

(intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Tinha sido quando tinha mandado encerrar. Agora tinham que ver se só para um desfile, porque de facto o desfile num pavilhão não tinha nada a ver com o desfile na Praça de Touros, nem no próprio Vitória, era muito grande, os marchantes estavam muito longe das pessoas. Iriam ver. Em relação aos seis milhões, informou o Senhor Vereador, ia mesmo para tribunal. Depois desse anúncio, ia mesmo para tribunal. Tinham falado com a Administração da Simarsul para lhes dizer que já tinham passado os trinta dias e se havia pagamento ou não e não era do capital social, o capital social estava lá havia mais de vinte anos, era dos dividendos da atividade da Simarsul. O que lhe tinha sido dito, pela administração da Simarsul, era que estava a caminho uma nova carta que dizia que a dívida era de seis milhões e, portanto, não sabia se já tinha chegado. A carta era uma declaração de dívida para pagamento de quantia certa. O Senhor Presidente do Conselho de Administração tinha dito que não tinham dinheiro, tinham respondido que o Município também não, estavam os dois no mesmo barco, só que podiam dizer à tutela, ao Ministério do Ambiente, que diria ao Ministro das Finanças, para se pagar aquilo porque com certeza que o Tribunal lhes ia dar razão. Se não tinham pedissem ao Tribunal. Tinham ido à DGAL e tinham dito que não estavam em dívida por isso, fizessem isso a outro setor. Ia mesmo andar para Tribunal, já estava mesmo a ser preparado o processo, estavam à espera da atualização dos seis milhões que o senhor Presidente do Conselho de Administração e toda a Administração, que tinha vindo com ele, ouvissem. Precisavam dos seis milhões deste lado para resolver outras situações e, portanto, ia mesmo andar. Já tinha chegado a carta, para entregar agora ao advogado, para fazer andar o processo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 4 votos a favor do SET V-25, 6 abstenções, 4 do PS e 2 do CH, e 1 voto contra da CDU.

Sr. Vereador Joel Marques - Fez uma breve declaração de voto, apenas para remeter o sentido de voto para o comentário apresentado na discussão da proposta.

15. Deliberação n.º 32/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DAF/DICONT/SERGEP/DCDJ – Resolução de Protocolo com o Grupo Desportivo da Fonte Nova e Cedência em Regime de Comodato da fração A do n.º 62 da Rua Paulino de Oliveira, em Setúbal, ao C.A.S.A. – Cento de Apoio ao Sem Abrigo

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 a 66.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Referiu que os vereadores da bancada socialista iriam votar favoravelmente a proposta, no entanto, tinham ali duas questões: a primeira relacionada com o espólio do Grupo Desportivo da Fonte Nova, se estava previsto o armazenamento do espólio que o clube teria, nas instalações, relacionado com a atividade que tinha tido ao longo de vários anos, de futebol, das marchas populares, da realização dos fados e muitas outras iniciativas e, depois, questionou também se – e pensava que era do conhecimento, nomeadamente da Senhora Presidente – que haveria um grupo de pessoas que estavam interessadas em dar continuidade àquilo que tinha sido a história do Clube, talvez com outro nome, refundar, e que teriam já pedido uma reunião à Senhora Presidente não tendo ainda sido possível essa reunião mas chamava só a atenção e gostaria de saber se, da parte da Câmara, haveria ali alguma possibilidade, algum interesse em poder dar algum apoio a esse grupo de jovens.

Sra. Presidente – Respondeu à Vereadora que achavam que essa sede tinha de ser dada ao CASA porque tinha condições extraordinárias para que os sem abrigo não estivessem à espera da comida na rua, que não tinha dignidade nenhuma. Era um espaço muito pequeno, tendo em linha de conta o número de pessoas a que já davam apoio. Tinha salas lá dentro, em que se podiam sentar, tinha outras comodidades, e tinha uma cozinha grande e essa instituição estava muito contente de fazerem essa mudança. Em relação ao espólio, a família não queria, não tinha havido nenhum diretor que tivesse vindo pedir o espólio, a viúva do Zeca só queria uma jarra que lá estava e não queria mais nada. Aquilo tinha muita palamenta, qua dava muito jeito ao CASA, muitas panelas, muitos pratos, tinha muita coisa e era o filho do Zeca que tinha vindo pedir essa reunião. Ainda não tinha feito a reunião, mas era claro que ia atender. Iam ver como iam resolver, era outro caso, mas esse era agora um grupo novo, não era como o Curvas que já existia, era um grupo novo, mas de facto, eles queriam ficar ali, mas não fazia sentido pois fazia mais falta ao CASA. Mas iam falar com eles e ver como resolviam isso.

Sr. Vereador Fernando José – Clarificou, para que não restassem dúvidas, que a questão que tinha sido levantada pela vereadora tinha mesmo a ver só com a questão do espólio, em termos de taças.

Sra. Presidente – Respondeu que isso ficava com a Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Prosseguiu, referindo que não tinha a ver com a questão das panelas e frigideiras, que isso ia obviamente ser utilizado.

Sra. Presidente – Respondeu que tinha percebido.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu ainda que, em momento anterior à campanha eleitoral de 2025, havia reunido com a esposa do Zeca, a qual lhe transmitira — sem que tal configurasse, no seu entendimento, qualquer inconfidência — que se encontrava a diligenciar junto do então Vereador da Cultura para proceder à entrega da chave de determinado espaço. Acrescentou que teria manifestado estranheza face à situação, atendendo à carência de espaços por parte das associações no concelho de Setúbal, considerando incompreensível a necessidade de insistência para efetuar a referida entrega.

Mais referiu que, nessa ocasião, havia sido abordada a possibilidade de afetação do espaço ao CASA (Centro de Apoio aos Sem-Abrigo), por se tratar de uma infraestrutura dotada das condições necessárias, designadamente cozinha e outros equipamentos adequados. Concluiu salientando não ter conhecimento da data em que a chave terá sido efetivamente entregue, reiterando, contudo, que lhe fora transmitida tal situação e manifestando concordância quanto à utilização do espaço por outra instituição, em particular pelo CASA. :

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 33/2026 – Proposta n.º 08/2026 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento de Ónus Real, quanto ao Prédio sito no Bairro de Vale de Grou, na Azinhaga do Vale de Grou, Rua Vale de Grou, n.º 11 da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala o Senhor Vereador Joel Marques, não regressando até ao final da reunião.

17. Deliberação n.º 34/2026 – Proposta n.º 09/2026 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 04/2026/DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do licenciamento Microsoft – Abertura

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 35/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DRH/DIGAT – Mapa de Pessoal 2026

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que acompanhariam a proposta, sem prejuízo de melhor entendimento, salientando, contudo, que, conforme se encontrava expresso na própria proposta, o mapa de pessoal deveria ser votado em conjunto com o orçamento. Acrescentou tratar-se de uma prática introduzida pelo SNC-AP, a qual apontava no sentido da não dissociação entre aquelas votações.

Observou que, no caso em apreço, tal não se verificava, entendendo, ainda assim, que, em situações futuras, a matéria deveria ser objeto de melhor análise, porquanto a referida perspetiva normativa indiciava a necessidade de integração e votação conjunta do mapa de pessoal e do orçamento.

Mais referiu que a própria fundamentação da proposta mencionava expressamente que, “*de acordo com a lei, tem que ser votado em conjunto*”, razão pela qual pretendia apenas

assinalar tal aspeto. Concluiu esclarecendo que não pretendiam suscitar qualquer entrave à aprovação da proposta, manifestando o seu voto favorável.

Sr. Vereador Paulo Maia – Esclareceu que, no entendimento do Executivo, o mapa de pessoal deveria ser votado em momento subsequente à aprovação do orçamento, podendo tal ocorrer na mesma reunião, mas em fase posterior. Fundamentou que a aprovação do orçamento constituía condição prévia para a aprovação do mapa de pessoal. Acrescentou, ainda, que o mapa de pessoal poderia, inclusivamente, ser submetido em momento distinto, contemplando eventuais alterações posteriores. Concluiu referindo que a matéria poderia ser objeto de análise mais aprofundada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 36/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DOM – CPI 02/2026/DOM – Empreitada “Escola Secundária do Bocage” - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso Público, com publicidade internacional - Aviso n.º 01/2025 – Programa Escolas – Modernização dos Estabelecimentos Públicos de Ensino dos 2.º e 3.º Ciclos e do Secundário

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 71.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que era sempre de saudar o andamento dos processos. Esclareceu que a sua intervenção era efetuada em representação dos Vereadores do Partido Socialista, enquanto bancada, salientando que, no decurso dos referidos processos, surgiam frequentemente críticas dirigidas aos sucessivos Governos.

Observou que, em Portugal, a governação tem sido assegurada, essencialmente, pelo Partido Socialista e pelo PSD, incluindo períodos em que o Partido Socialista governou com o apoio de outras forças políticas. Nesse contexto, reconheceu que o Partido Socialista assumia a sua responsabilidade pelo estado a que algumas situações haviam chegado, sublinhando, contudo, o esforço desenvolvido no reconhecimento desses problemas e na procura de soluções.

Acrescentou que, no âmbito do Governo liderado por António Costa, fora elaborada uma listagem de estabelecimentos de ensino com necessidades de intervenção, classificadas como muito urgentes e urgentes, tendo a Escola Secundária do Bocage sido identificada como uma das que careciam de intervenção muito urgente.

Referiu, ainda, que, paralelamente, ocorreu a transferência de competências para os municípios, designadamente na área da educação. Admitiu que poderiam ser levantadas questões quanto ao envelope financeiro atribuído e à condução global do processo, reconhecendo a existência de falhas. Não obstante, salientou que diversas câmaras municipais, cientes de que, no prazo de três anos, teriam de assumir essas competências, se foram preparando para esse efeito, mesmo aquelas que, numa fase inicial, poderiam ter optado por não aceitar a transferência.

Referiu que, não tendo algumas autarquias aceite a transferência de competências num segundo momento, foram, ainda assim, desenvolvendo os preparativos necessários, tendo acabado por a aceitar numa fase posterior. Deu como exemplo as câmaras municipais do Barreiro e de Almada, esta última bem conhecida da Senhora Presidente, onde havia exercido funções como Vereadora, salientando que, nesses casos, os respetivos executivos se prepararam atempadamente.

Acrescentou que, na primeira oportunidade em que foram abertos concursos, aquelas autarquias apresentaram candidaturas, encontrando-se, à data, intervenções de requalificação em curso em estabelecimentos de ensino nesses concelhos, ao passo que, em

Setúbal, os processos ainda aguardavam desenvolvimento. Não obstante, reconheceu que, no momento presente, estavam a ser dados passos relevantes, designadamente a submissão de projetos a concurso, com vista à obtenção do necessário financiamento, uma vez que uma câmara municipal, por si só, não dispunha de capacidade para assegurar tais intervenções. Informou que votariam favoravelmente a proposta, sublinhando, porém, que foi no âmbito do Governo liderado por António Costa, do Partido Socialista, que se procedeu à identificação do parque escolar dependente da Administração Central com necessidades de intervenção muito urgente e urgente, bem como à subsequente transferência de competências para os municípios. Salientou que essa identificação se revelou essencial, atendendo a que, com a assunção de responsabilidades pelas câmaras municipais, nomeadamente no que respeita ao 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário, se evidenciou a incapacidade de resolução de problemas acumulados ao longo de vários anos, sem resposta adequada por parte de sucessivos governos.

Por fim, referiu que era do conhecimento geral o estado de degradação de diversos estabelecimentos de ensino, mencionando, a título de exemplo, a Escola Secundária de Bocage, a Escola Básica 2/3 de Aranguéz, a Escola Básica 2/3 de Azeitão e a Escola Básica 2/3 de Bocage, cujas condições justificavam a necessidade urgente de intervenção.

Referiu que, de facto, tinha ocorrido uma intervenção anterior no primeiro piso da Escola Secundária de Bocage, antigo liceu, a qual fora realizada durante um período de governação do Partido Socialista. Salientou, contudo, que tal intervenção não havia solucionado na íntegra os problemas existentes, os quais se tinham agravado com o tempo, tornando necessária uma nova intervenção.

Acrescentou que o Senhor Vereador Bruno Russo havia esclarecido que a intervenção prevista não se limitava à requalificação, abrangendo igualmente a ampliação do estabelecimento escolar. Considerou, por isso, positivo o avanço deste processo e afirmou que a bancada estaria presente para acompanhar todas as fases da sua execução.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, naturalmente, também acompanhariam a proposta em apreço. Salientou que os processos em causa haviam sido lançados, como era inevitável, durante o mandato anterior, dado que foi nesse período que se concretizou a transferência de competências. Acrescentou que se tratava de um processo complexo, não isento de falhas, nomeadamente por não ter sido atribuído aos municípios o envelope financeiro adequado para fazer face às despesas correntes na área da educação, sendo as escolas transferidas em condições conhecidas de todos.

Recordou que, durante o mandato anterior, no município de Setúbal, a transferência de competências para as juntas de freguesia decorreu conforme o necessário, com a entrega gradual do que podia ser disponibilizado à medida que as questões iam sendo tratadas e resolvidas, considerando que tal deveria ser o procedimento adequado. Reforçou que, mesmo concordando com o processo, esta forma de execução era a correta, pois os valores em causa eram incomportáveis para os municípios assumirem por si só.

Referiu, ainda, que, relativamente à Escola Secundária de Bocage, existia um fator que contribuiu para o atraso do processo: à data da abertura do aviso, em setembro, não existia sequer um projeto inicial, pelo que se tornou necessário proceder à medição, desenho e elaboração do projeto existente, antes de se poder avançar para a construção ou intervenção sobre o mesmo.

Referiu que o Ministério da Educação, à data, não dispunha sequer do projeto, o que naturalmente gerou constrangimentos adicionais no processo. Acrescentou que existia outro aspeto criticável, a saber: os critérios para enquadramento das escolas na primeira ou segunda prioridade não estavam claramente definidos, pelo que, na sua opinião, ninguém sabia ao certo se escolas como a de Aranguês, os 2.º e 3.º ciclos de Bocage ou a de Azeitão se enquadrariam na primeira prioridade, apesar de estarem a submeter as suas candidaturas. Sublinhou que tal nunca havia sido devidamente esclarecido.

Observou, contudo, que o processo se encontrava no ponto em que devia estar, e que o município procedia corretamente ao lançar o procedimento, contribuindo assim para a

4

maturidade da candidatura em curso, a qual deveria ser utilizada para dar resposta ao problema identificado.

Por fim, colocou uma questão relativa ao processo de obra, referindo que se tinha falado em monoblocos para acolher as turmas e solicitou esclarecimento sobre se estes monoblocos iriam suportar toda a atividade letiva da escola ou se se previa alguma outra solução complementar.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que, de acordo com a informação de que dispunha, os monoblocos iriam acolher toda a atividade letiva da escola, estando prevista a integração de todas as atividades escolares nesses módulos.

Sra. Presidente – Referiu que a obra, no montante de treze milhões de euros, tinha como objetivo preservar o Liceu de Setúbal, travar o seu processo de degradação e garantir condições dignas a todos os que ali estudavam, trabalhavam ou utilizavam o estabelecimento escolar. Recordou que, durante a campanha eleitoral, visitaram a Escola Secundária de Bocage e se depararam com um estado de degradação muito avançado, incluindo zonas interditas, infiltrações e humidades em todos os pisos, risco de eletrocussão e espaço exterior degradado e abandonado.

Salientou que, em 2022, o Governo do Partido Socialista havia entregue a escola à Câmara Municipal nesse estado, acrescentando que, apesar das promessas subseqüentes, muitas não se tinham concretizado. Ressaltou, ainda, a responsabilidade da gestão anterior da CDU, destacando a inércia em obras simples, como reparação de janelas e estores ou limpeza de bolor, para as quais bastava vontade política. Referiu também que a CDU havia deixado expirar o prazo para a apresentação da candidatura de requalificação da escola, assumindo, por isso, que ambos os partidos tinham responsabilidade no estado em que se encontrava o Liceu e outras escolas.

Enfaticou que, nesse contexto, avançava-se com o concurso para a requalificação integral e profunda da Escola Secundária de Bocage, sublinhando que alunos, professores e trabalhadores mereciam dignidade, sendo que as demais escolas seriam posteriormente intervencionadas. Informou que o prazo para esta candidatura terminaria em março e que, em seguida, seria incluída a Escola Básica 2/3 de Azeitão, incluindo o pavilhão, garantindo-se assim a requalificação integral de toda a escola, atendendo a necessidades reclamadas há muitos anos.

Referiu que a Escola Barbosa do Bocage se encontrava também na fase inicial do processo de intervenção, enfrentando, contudo, constrangimentos relacionados com a APA, que não autorizava a solução inicialmente pretendida. Explicou que o projeto consistia na demolição da escola existente, devido ao elevado estado de degradação da Escola Básica 2/3 Barbosa do Bocage, e na construção de uma nova escola, opção que se revelaria mais económica para o município e proporcionaria melhores condições.

Acrescentou que a APA indicava que a construção de uma nova escola atravessaria uma linha de água, enquanto a requalificação do edifício existente – ainda que profunda, quase “até ao osso” – não permitiria a solução de escola nova, mas seria autorizada pela APA por não afetar a linha de água. Informou que já haviam mantido contactos com a CCDR e solicitado reunião à APA para tentar viabilizar a construção da nova escola, permanecendo em análise a possibilidade de avançar com esta solução ou, caso não fosse possível, realizar a requalificação.

Esclareceu ainda que, em propostas anteriores, a APA sugerira a construção num terreno privado adjacente, gerando dúvidas sobre quem arcaria com os custos do terreno, dado que o terreno original já pertencia à Câmara e à escola.

Referiu, por último, que outra escola relevante, a Quinta da Amizade – centro escolar com pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos –, já tinha o terreno assegurado. Informou que a CCDR disponibilizou o terreno anteriormente pertencente ao Ministério da Agricultura, localizado na freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, permitindo não só a construção da escola, mas também a implementação de outras infraestruturas, como um Centro de Interpretação.

7

4

Referiu que o projeto se encontrava em fase avançada, com vista à sua submissão em abril, estando praticamente concluídas as especialidades, que eram o único aspeto ainda a acautelar. Acrescentou que essas especialidades seriam posteriormente incorporadas no processo.

Esclareceu que havia um compromisso por parte da AML de que, entre julho e setembro, seria aberto um novo pacote de candidaturas para outras escolas, incluindo, nomeadamente, uma escola no Sado, cuja situação se encontrava muito condicionada, com turmas partilhadas e funcionamento em regime duplo. A construção de uma nova escola naquele território permitiria normalizar os regimes letivos e funcionaria também como fator de atração para fixação populacional, dado que não existiam condições adequadas na área.

Salientou que se tratava de um centro escolar com pré-escolar, destacando que, na altura, não havia oferta de pré-escolar no Sado, na sequência do encerramento do LATI em instalações de uma cooperativa sem condições, situação que fora determinada pela Segurança Social. Sublinhou que esta questão era particularmente preocupante e que, no âmbito do novo pacote de candidaturas, a intervenção naquela escola seria prioritária.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que deixava apenas mais uma nota, esclarecendo que acompanhava aquele processo na Aranguês, não se referindo especificamente à Escola Secundária de Bocage. Explicou que, quando a Câmara decidiu realizar algumas intervenções para reabrir determinadas salas, nomeadamente a sala de música, a DGESTE — que à data já não existia — alertou que *“atenção que se realizassem obras, a escola poderia ser desclassificada de outra prioridade em que se encontrava”*.

Salientou que este aviso demonstrava a contradição enfrentada: apesar da situação grave que exigia intervenção para garantir a utilização das salas, qualquer obra podia alterar a prioridade da escola, adiando a sua intervenção. Acrescentou que situações semelhantes surgiam relativamente à APA, com outra contradição: uma escola localizada no mesmo terreno, se fosse requalificada, a intervenção era permitida; se fosse construída de raiz, não poderia ser autorizada, apesar de ocupar o mesmo local.

Concluiu afirmando que estas eram as contradições que precisavam ser resolvidas, e, quanto ao restante, considerou positiva a decisão da gestão anterior de ter mandado elaborar os projetos, destacando a complexidade da matéria, a apresentação dos concursos em reunião de Câmara e o início do trabalho pelas empresas, sublinhando que isso permitia que, na presente fase, as candidaturas pudessem avançar.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que pretendia deixar apenas duas ou três notas muito rápidas sobre alguns pontos. Mencionou que poderia recorrer a uma expressão utilizada recentemente pela Senhora Presidente numa entrevista a um jornal, segundo a qual, quando tinha saído, *“tudo tinha caído como um baralho de cartas”*. Acrescentou que, de forma análoga, poderia dizer que, quando António Costa saiu, a situação também se desmoronou. Esclareceu, contudo, que não utilizaria literalmente essa expressão, mas que o que pretendia reconhecer era que os problemas nas escolas se arrastavam há muito tempo, anteriores a 2019, e se tinham agravado pela falta de intervenção. Referiu ainda ter tomado nota de que a Senhora Presidente tinha ilibado o Governo PSD, atribuindo a responsabilidade aos Governos do PS e à CDU/PCP, destacando que, segundo se recordava, a Senhora Presidente tinha feito parte da geringonça entre 2019 e 2021.

Adiantou que, para esclarecer a questão, tanto o atual Ministro da Educação como o anterior haviam confirmado, em respostas a perguntas suas na Assembleia da República, duas matérias relevantes: a primeira consistia em que a classificação de escolas como *“muito urgente”* ou *“urgente”* não implicava que as escolas classificadas como urgentes só seriam requalificadas numa fase posterior; estava, portanto, definida uma intervenção prioritária, mas tal classificação não condicionava o financiamento disponível.

Referiu que uma escola classificada como *“urgente”* poderia avançar na sua requalificação antes de uma escola classificada como *“muito urgente”*, ressaltando que tal apenas dependia

4

da ordem de prioridade definida e não tinha qualquer relação com a disponibilidade de financiamento.

Acrescentou que, segundo informação transmitida tanto pelo anterior como pelo atual Ministro da Educação, este último havia afirmado de forma muito clara que, caso não fosse encontrado financiamento no âmbito do PRR ou por outras vias, seriam mobilizados recursos alternativos, incluindo, se necessário, financiamento do Banco Europeu. Destacou que essa garantia assegurava a cobertura financeira para a requalificação das escolas.

Concluiu que esta garantia permitia às câmaras municipais avançar com os processos, como era o caso do projeto em análise, reconhecendo que a Câmara em questão estava, de facto, a avançar de forma adequada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 37/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DOM – CPREV 13/2024/DOM – Empreitada “BNAUT – Quebedo” - Candidatura n.º 60378 “Centro de acolhimento e alteração de percursos Setúbal - Palácio Quebedo” - Nomeação da Equipa de Fiscalização, Coordenação em Matéria de Segurança e Saúde e Acompanhamento Ambiental

O Sr. Vereador Bruno Russo apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 38/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2025

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 73.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Questionou se poderia colocar uma questão, manifestando desde logo o seu respeito pelos associados da instituição Sport Lisboa e Benfica e afastando qualquer clubismo. Referiu não conseguir compreender, nesse contexto, a necessidade de isentar a cedência de instalações à referida instituição, no valor de quatrocentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos, salientando que, na sua perspetiva, não se identificava qualquer benefício para o concelho de Setúbal ou para os seus municípios.

Sra. Presidente – Respondeu que a isenção tinha sido concedida para a realização das eleições da instituição, atendendo ao pedido formulado na altura, sendo agora apenas necessária a sua formalização perante aquela instância.

Sr. Vereador Fernando José – Indicou que não considerava que tal situação fizesse sentido.

Sra. Presidente – Respondeu que a isenção havia sido concedida na ocasião.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que, na realidade, a isenção não tinha sido concedida previamente, salientando que qualquer isenção carecia de aprovação em reunião de Câmara,

57763
✓

não se tratando, portanto, de ratificação de decisões de executivos anteriores. Explicou que o que estava em análise era o pedido de isenção apresentado por um clube — no caso, o Sport Lisboa e Benfica — que recentemente havia investido dezasseis milhões de euros na aquisição de jogadores e solicitava agora uma isenção de quatrocentos e cinquenta euros. Destacou que, conforme tinha referido o Senhor Vereador Paulo Maia, era necessário rigor na gestão financeira da Câmara, contabilizando cada cêntimo, sendo que quatrocentos euros representam um valor significativo quando se destinam a apoiar instituições da cidade com dificuldades. Substituiu que, na perspetiva do PS, a atribuição de tal apoio ao Benfica, clube sem dificuldades financeiras, não fazia sentido, razão pela qual a Vereadora Ana Carvalho levantara a questão, procedendo de forma pertinente.

Sra. Presidente – Referiu aos Senhores Vereadores que, caso assim o desejassem, poderiam votar a proposta de forma separada, excluindo daquela votação o ponto em questão.
(Intervenção inaudível)

Sr. Vereador António Cachaço – Referiu que igualmente não concordavam com a isenção concedida ao Sport Lisboa e Benfica, considerando que não se vislumbrava qualquer lógica nem benefício para os munícipes do concelho de Setúbal.

Sra. Presidente – Alertou os Senhores Vereadores para o facto de existirem muitos simpatizantes do Sport Lisboa e Benfica em Setúbal, mas informou que, não obstante, retiraria a isenção da proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que não se tratava de solicitar qualquer valor aos sócios do Sport Lisboa e Benfica, mas apenas que o clube cumprisse o pagamento pela utilização das instalações em Setúbal.

Sra. Presidente – Indicou aos Senhores Vereadores que aquela proposta seria votada separadamente, esclarecendo que, posteriormente, deveria ser apresentada uma nova proposta para o efeito, uma vez que a presente seria retirada e substituída por outra a ser votada à parte.

Sr. Vereador Nuno Costa – Questionou quais instalações haviam sido efetivamente utilizadas para a realização das eleições.

Sra. Presidente – Respondeu que as instalações utilizadas para a realização das eleições tinham incluído uma sala no Mercado do Livramento, bem como entidades como AISET, Setúbal Voz, Centro Distrital de Segurança Social — que também dispunha de recursos financeiros —, EDUGEP — possivelmente com trezentos e trinta e quatro euros —, IDSET, IPS — totalizando mil novecentos e onze euros — e o Projeto SIC Esperança, que igualmente possuía fundos. Acrescentou que estas salas eram, normalmente, cedidas a título gratuito. Referiu ainda outras entidades envolvidas, como o Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, a UDIPSS e a Unidade Local de Saúde da Arrábida, bem como o Ministério da Saúde, todas com capacidade financeira para suportar os custos. Concluiu informando que a proposta relativa à isenção seria retirada, mantendo-se a votação dos restantes pedidos de isenção.

(Intervenção inaudível)

Sra. Presidente – Indicou que, relativamente ao Sport Lisboa e Benfica, deveria ser apresentada uma nova proposta, ou, alternativamente, solicitar que o próprio clube efetuasse o pagamento.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5

22. Deliberação n.º 39/2026 – Proposta n.º 01/2026 – GAVCDU – Medidas de Apoio – Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família

O Sr. Vereador Nuno Costa apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 e 75. (ver ponto 7)

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Xénia - Referiu que se encontrava já bastante cansada, tanto do ponto de vista psicológico como emocional. Informou que se encontrava inscrita para habitação social, mas atravessava uma fase particularmente difícil, dado que possuía um processo em tribunal com a senhoria da casa onde residia. Explicou que se tratava de uma rapariga que, em 2023, sofrera queimaduras em noventa por cento do corpo devido a uma explosão, sendo mãe solteira de três filhos e sem outra alternativa de habitação.

Acrescentou que já tinha recorrido à habitação social e se encontrava inscrita há algum tempo, sem saber o que fazer perante a situação. Esclareceu que trabalhava na Escola Barbosa do Bocage, a tempo parcial no refeitório, o que não lhe permitia suportar o valor da renda exigida, de novecentos e cinquenta euros por um T2.

Referiu que, perante esta situação, procurava o apoio dos Senhores Vereadores, indicando que estaria disponível para qualquer tipo de habitação que pudesse ser concedida — T3, T2 ou T1 — e reiterou que se encontrava exausta e sem alternativas.

Sra. Presidente – Referiu que, na realidade, não havia casas disponíveis.

Sra. Xénia - Agradeceu a oportunidade de se fazer ouvir, reconhecendo que havia aguardado várias horas, mas salientou que era o que lhe estava ao alcance naquele momento.

Sra. Presidente – Transmitiu que a Vereadora havia questionado se se encontrava inscrita.

Sra. Xénia - Respondeu que se encontrava inscrita desde o ano de 2023.

Sra. Presidente – Referiu que se encontrava inscrita e reiterou, conforme mencionado no início, que não havia casas disponíveis, sendo necessário aguardar ainda algum tempo.

Sra. Xénia – Referiu que se deslocou na mesma, considerando que, na vida, o “não” era sempre certo, mas que, por vezes, podia surgir um “sim”. Expressou a sua esperança de que desta vez a resposta fosse afirmativa.

Sra. Presidente – Respondeu que esse “sim” iria chegar, assegurando que haveria um dia em que seria possível.

Sra. Xénia – Referiu que se tinha inscrito para adquirir uma habitação no empreendimento da Nova Azeda, mas manifestou dúvidas quanto à sua capacidade financeira, dado que auferia um rendimento de quinhentos euros, não sabendo se seria suficiente para a compra. Acrescentou que também se tinha inscrito para rendas acessíveis, através de programas do PRR e do IHRU.

Sra. Presidente – Indicou que, naquele contexto, não se tratava de rendas acessíveis.

Sra. Xénia – Respondeu que tinha plena consciência de que não se tratava de rendas acessíveis, mas sim de aquisição de habitação com apoio financeiro. Acrescentou que, mesmo assim, se tinha inscrito, afirmando que, se fosse possível adquirir, adquiriria; caso contrário, não seria possível, mas que iria a todas as oportunidades. Concluiu agradecendo a oportunidade de se fazer ouvir.

Sra. Presidente – Disse que a iniciativa era correta e nada perdia com isso, apenas seria necessário aguardar ainda um pouco.

Sra. Raíssa – Cumprimentou os presentes, reconhecendo que provavelmente já estariam cansados da sua presença, admitindo também sentir-se exausta de ali estar, mas explicando que se fazia presente novamente pela mesma razão. Manifestou apreço pela Senhora Presidente, elogiando o trabalho desenvolvido em Setúbal, nomeadamente pela criação de oportunidades para os jovens e pela requalificação das habitações na Bela Vista, anteriormente em condições precárias.

Referiu que havia habitações disponíveis e sugeriu que, caso a Vereadora a acompanhasse à Bela Vista ou às Manteigadas, poderia constatar a existência de muitas casas. Acrescentou que, caso não fosse possível atribuir-lhe uma casa de imediato, poderia ser disponibilizado um contentor temporário, pois considerava inadmissível que duas crianças, de três e quatro anos, vivessem na rua. Salientou que, estando no século XXI, era importante acabar com as barracas e garantir o direito à habitação a todos, incluindo à comunidade cigana.

Identificou-se como cigana, afirmando ter concluído o 9.º ano, destacando que era raro meninas da sua etnia atingirem esse nível de escolaridade. Referiu que se esforçava diariamente para proporcionar melhores condições aos seus filhos, mas lamentou a situação em Portugal, em que, na sua perspetiva, havia casas disponíveis, mas não eram atribuídas aos cidadãos portugueses. Reforçou que não tinha qualquer oposição aos estrangeiros, sublinhando que, enquanto cidadã cigana, não poderia ser racista, e questionou por que razão a habitação seria disponibilizada mais rapidamente a quem vinha de fora, em detrimento de cidadãos portugueses como ela, nascida em Setúbal, que detinha os mesmos direitos de qualquer outra pessoa presente.

Referiu que também era adepta do Sport Lisboa e Benfica, mas questionou por que razão o dinheiro que era destinado ao clube não poderia ser utilizado para construir casas para pessoas em necessidade, como era o seu caso e o de muitos outros que conhecia. Salientou que entendia que essa questão não estava sob o seu controlo, mas apelava, com veemência, para que se lembrassem das pessoas que viviam na rua, incluindo crianças, idosos e pessoas com filhos doentes.

Sublinhou que todos tinham direito a uma habitação digna, considerando triste que, no século XXI, ainda houvesse pessoas e crianças sem condições básicas. Destacou a necessidade de dar prioridade às crianças, reforçando o carácter urgente da questão. Reconheceu estar nervosa e afirmou que precisava de refletir um pouco antes de continuar pedindo desculpa por se sentir bloqueada no momento.

Sra. Presidente – Referiu que a Senhora Raíssa já estava a tornar-se experiente nesse contexto, não havendo motivo para se sentir nervosa.

Sra. Raíssa – Continuou afirmando que, eventualmente, poderia procurar apoio junto do Partido Chega, reconhecendo que, em determinadas matérias, aquele partido tinha razões válidas. Esclareceu que não se filiou ao partido devido a atitudes racistas que identificava como recorrentes, mas considerava isso um aspecto secundário.

Acrescentou que a discriminação não se restringia ao Chega, mencionando que já ouvira comentários de membros do PS, referindo-se a ela como “a ciganinha”, o que evidenciava que o racismo era um problema mais amplo em Portugal. Sublinhou a necessidade de igualdade e respeito, afirmando que todos eram filhos de Deus e que, independentemente da etnia ou cor, todos tinham sangue vermelho. Defendeu que não se deveria julgar alguém pela

5

sua origem, sublinhando que a diversidade étnica — incluindo pessoas negras, chinesas e ciganas — não deveria gerar desigualdade de tratamento.

Sra. Presidente – Referiu que, naquele contexto, ninguém deixava de atribuir habitação com base na etnia, garantindo que a concessão de casas não dependia de serem pessoas de etnia cigana ou não.

Sra. Raíssa – Pediu à Senhora Presidente que não interpretasse mal as suas palavras, explicando que queria partilhar uma experiência pessoal: recentemente tentou alugar uma casa, mas foi recusada ao perceberem que pertencia à etnia cigana. Salientou que não pretendia generalizar ou atribuir culpas a todos, reconhecendo que não era o local adequado para discutir racismo, mas apelava, acima de tudo, à compaixão por todas as pessoas que vivem na rua.

Sra. Presidente – Referiu que, mais do que compaixão, era necessária preocupação e ação concreta para tentar resolver a situação. Salientou que, naquele momento, conforme já havia mencionado e todos sabiam, não havia casas disponíveis.

Sra. Raíssa – Respondeu que precisava de lutar, pois podia suportar viver ao relento, mas os seus dois filhos não tinham essa capacidade. Explicou que suportava o sol e a chuva, mas que duas crianças tão pequenas não podiam ser deixadas nessa situação.

Sra. Presidente – Salientou que, igualmente, a Senhora Raíssa tinha o direito fundamental a uma habitação digna.

Sr. António – Desejou uma boa tarde a todos os presentes na sala e referiu um problema urgente: encontrava-se numa habitação social, mas a casa apresentava infiltrações de água, e constatou que o financiamento do PRR não tinha sido aplicado em todas as casas da Câmara, o que não conseguia compreender. Informou que chovia dentro da casa, incluindo na área elétrica, e que, nessa situação, sentia a sua vida em perigo, considerando que não havia condições para habitar naquele imóvel. Acrescentou que já tinha contactado a Câmara e questionava quais seriam as medidas a tomar caso ocorresse um curto-circuito, se os seus bens fossem danificados ou se alguém se ferisse, perguntando quem seria responsável nessas circunstâncias.

Sra. Presidente – Questionou qual era o bairro onde se encontrava a referida habitação.

Sr. António – Referiu que acreditava tratar-se do bairro 25 de Abril, mas que desconhecia o nome antigo que o bairro possuía.

Sra. Presidente – Referiu que, nesse bairro, não estavam previstas obras no âmbito do PRR, não estando contemplada qualquer intervenção.

Sr. António – Disse que não sabia ao certo se aquele bairro se tratava de um bairro social.

Sra. Presidente – Respondeu que se tratava, de facto, de um bairro social.

Sr. António – Referiu ter consciência de que a Senhora Presidente se encontrava há apenas três meses no cargo, mas sustentou que, considerando existir um orçamento destinado às habitações sociais da Câmara, aquela continuava a constituir, inequivocamente, uma casa social.

Sra. Presidente – Referiu que, na distribuição das intervenções, tinham sido contemplados os bairros prioritários, e que aquele bairro não se enquadrava nessa categoria. Acrescentou

que, anos antes, tinha havido uma intervenção no bairro ao abrigo do programa PROQUAL, enquanto outros bairros ainda não tinham beneficiado de qualquer ação.

Sr. António – Questionou, então, como era possível que chovesse dentro da habitação.

Sra. Presidente – Respondeu, por sua vez, questionando como era possível que chovesse em equipamentos culturais que, há pouco tempo, se encontravam em bom estado. Esclareceu que, por vezes, poderia dever-se a caleiras ou a outro problema semelhante, sendo necessário proceder a uma verificação no local.

Sr. António – Dirigindo-se à Senhora Presidente, referiu que o problema já tinha ocorrido anteriormente; no ano anterior não se verificava, mas naquele ano sim. Acrescentou que, naquele momento, chovia dentro de um quarto, sendo a área mais afetada a zona da eletricidade.

Sra. Presidente – Referiu que iriam averiguar a situação, esclarecendo que não era necessário que fossem realizadas obras do PRR. Salientou que era preciso observar os bairros que se encontravam em pior estado e que não tinham recebido intervenções há muitos anos, destacando que aquele bairro, em particular, já tinha sido objeto de obras.

Sr. António – Referiu que a sua habitação não tinha sido objeto de quaisquer obras, convidando a Senhora Presidente a deslocar-se à sua casa para constatar a situação.

Sra. Presidente – Mencionou que a sua habitação não se situava num bairro social e que, naquele ano, chovia no interior da casa, situando-se no último andar. Esclareceu que mencionava isto para explicar por que motivo não tinham sido realizadas obras do PRR no bairro do Sr. António. Acrescentou que, bastando qualquer problema no telhado, não era necessário que fosse uma casa social ou de uma pessoa com poucos recursos para que ocorresse infiltração de água; era essa a situação que pretendia transmitir. Concluiu afirmando que a situação seria verificada no local.

Sr. António – Questionou se a Senhora Presidente estava a confirmar que chovia dentro do seu quarto e da sua casa, colocando a sua vida em risco. Referiu ainda que já tinham visitado a habitação anteriormente, mas que nada tinha sido feito para resolver a situação.

Sra. Presidente – Referiu, novamente, que iriam averiguar a situação. Esclareceu que o Senhor Vereador das Obras se deslocaria ao local acompanhado de técnicos para verificar o que se passava. Informou, ainda, que a morada seria fornecida ao Vereador, tratando-se do Bairro 25 de Abril.

A Sra. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

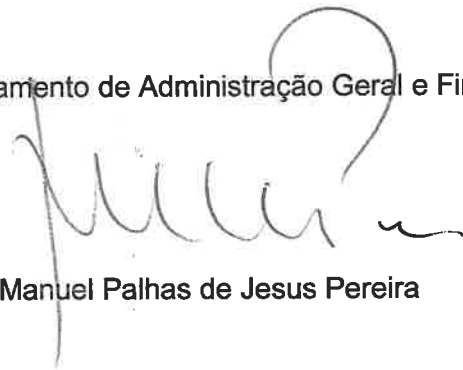
Presidente da Câmara,



Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 01 de abril de 2026, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e 63 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:

Aldora Poeira
Inês Ferreira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

António Palhas